UFRB
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

Margareth Simone Marques Prado

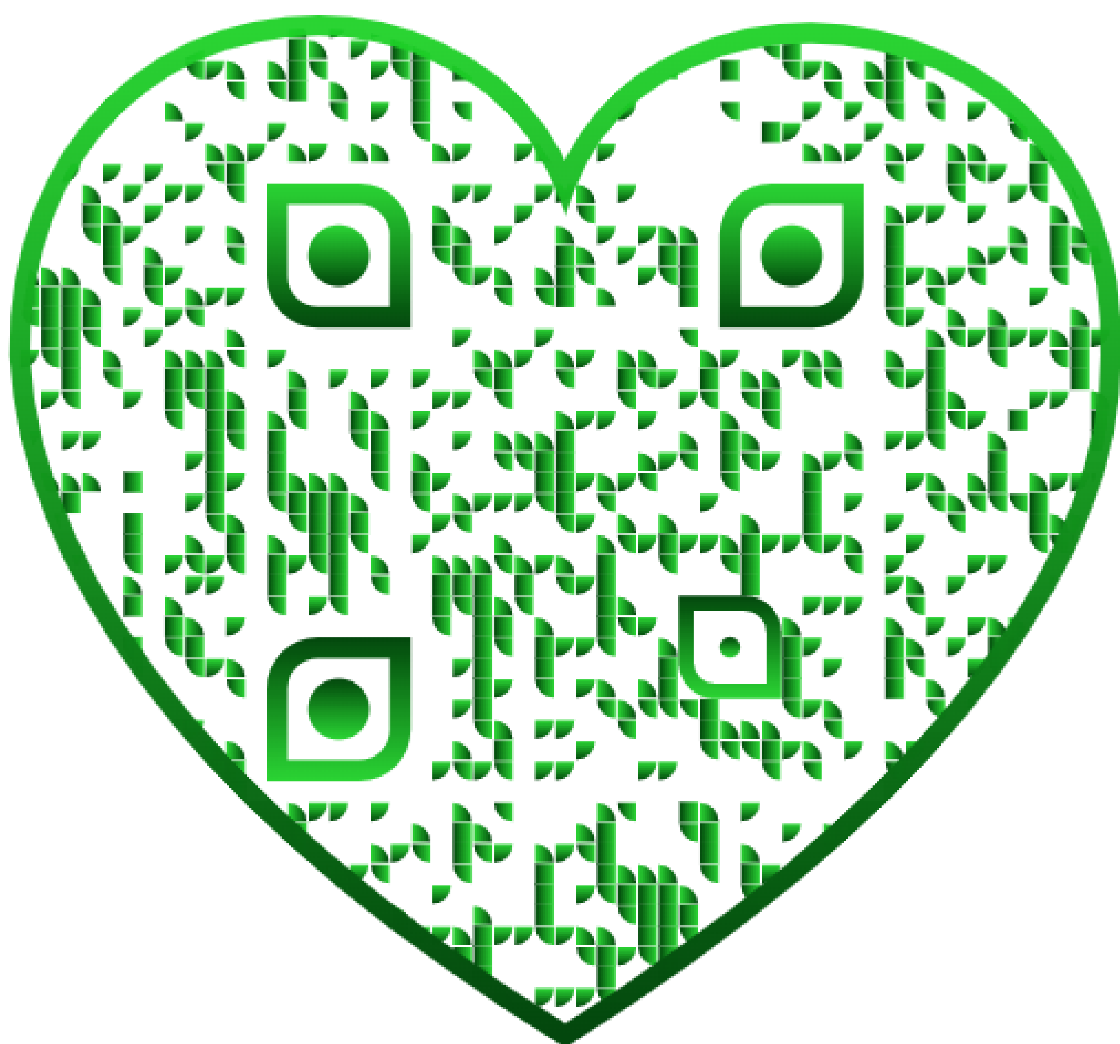
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Psicologia da Educação

SEAD
Superintendência de
Educação Aberta e a Distância

EaD
UFRB

UAB
UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL



Margareth Simone Marques Prado

Psicologia da Educação

Cruz das Almas - BA
2015

Presidente da República
Dilma Vana Roussef

Ministro da Educação
Renato Janine Ribeiro

Universidade Aberta do Brasil - CAPES
Jean Marc Mutzig

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Reitor
Silvio Luiz Oliveira Soglia

Vice-Reitora
Georgina Gonçalves dos Santos

Pró-Reitora de Graduação
Rita de Cassia Pereira Alves

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação
Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Pró-Reitora de Extensão
Tatiana Ribeiro Velloso

Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - UFRB
Diretor
Denis Rinaldi Petrucci

Vice-diretor
Celso Luiz Borges de Oliveira

Superintendência de Educação Aberta e a Distância – UFRB
Superintendente e Coordenador UAB
Ariston de Lima Cardoso

Coordenador Adjunto UAB
Adilson Gomes dos Santos

Coordenador de Curso
Eleazar Gerardo Madriz Lozada

Diagramação
Raphael Moura Mascarenhas

Sead
Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
CEP 44380-000
Cruz das Almas – BA
(75) 3621-6922

FICHA CATALOGRÁFICA

P896p

Prado, Margareth Simone Marques.
Psicologia da educação / Margareth Simone Marques Prado ._ Cruz das Almas, BA: SEAD-UFRB, 2017.
42.; il.

ISBN: 978-85-5971-042-7

1.Psicologia – Educação. 2. Psicologia – Teorias de Aprendizagem 3. Educação. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, Superintendência de Educação Aberta e a Distância –
SEAD. II.Título.

CDD: 380.0981

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB.



SUMÁRIO

Apresentação Plano de Estudo **05**

Unidade 1
A Psicologia: uma breve retrospectiva de sua evolução histórica 07
Estudo das correntes teóricas 11
As teorias associativas: O Behaviorismo 13
A teoria psicodinâmica: A Psicanálise 15
O Humanismo 18

Unidade 2
Psicologia da Educação: origem e evolução histórica 20
Natureza, dimensão epistemológica, fundamentos científicos, objetos de estudo e os conteúdos da Psicologia da Educação 21

Unidade 3
Perspectivas Teóricas sobre o ensino e aprendizagem 22
Fatores do processo de aprendizagem, situações especiais 23

Unidade 4
Aspectos da adolescência, sociedade e família 28

Unidade 5
O ambiente educacional: fracasso, evasão e diversidade 32

Unidade 6
Concepções de desenvolvimento e práxis pedagógica 35
Aplicabilidade do conhecimento psicológico a práxis pedagógica 36
A psicologia da educação na realidade brasileira 37

Referências Bibliográficas **39**

Apresentação

Caro (a) Aluno (a),
Bem-vindo (a) à disciplina Psicologia da Educação I!
Considerando que já na graduação o aluno começa a construir sua trajetória profissional, a disciplina Psicologia da Educação I foi elaborada com o propósito de polarizar as motivações e descobertas, mais do que os conteúdos, e atrair a abordagem de temas centrados nas dimensões da sociedade atual. A Disciplina tem por objetivo geral sensibilizar e capacitar você para uma prática pedagógica orientada pela relação interdisciplinar entre a Psicologia e a Educação, incluindo aspectos históricos e intelectuais que conduzam para novas perspectivas em relação à compreensão de conceitos e o desenvolvimento de habilidades, além de competências sobre o homem na sociedade, partindo de um estudo introdutório da Psicologia, apresentada aqui em seus vários aspectos, em direção a um estudo reflexivo da práxis pedagógica.
Sabemos que você e seus colegas serão os verdadeiros construtores desta disciplina, o material foi elaborado visando uma aprendizagem autônoma, isso não significa que você estará sozinho, estaremos lhe acompanhando em todo o percurso. Realize todas as atividades propostas, pois elas visam auxiliá-lo a uma construção significativa e consistente de conhecimento sobre os temas abordados. Com este material, temos a intenção de proporcionar-lhe estímulo para se dedicar aos estudos e debates que garantirão seu desempenho profissional.
Contamos com você! Tenha bons estudos!

Plano de Estudo

O plano de estudos visa lhe orientar no desenvolvimento da disciplina Psicologia da Educação I. Nele, você encontrará elementos que esclarecerão o contexto da disciplina e sugestões de formas de organizar o seu tempo de estudos. O processo de ensino e aprendizagem leva em conta instrumentos metodológicos que se articulam e se complementam por meio das diversas formas de ação e mediação.

São elementos desse processo:
- o livro didático;
- o Espaço Virtual de Aprendizagem;
- as vídeo aulas;
- as atividades de avaliação (a distância e presenciais).

Verifique com atenção o Ambiente virtual, organize-se para acessar periodicamente o espaço da disciplina. O sucesso nos seus estudos depende da priorização do tempo para a sua leitura dos textos; da realização de análises e sínteses do conteúdo e da interação com os seus colegas e seu tutor e ainda atenção aos prazos para a realização das suas atividades.

Ementa

Relação Psicologia e Educação; estudo das correntes teóricas relativas ao ensino e a aprendizagem; adolescência, sociedade e família; fatores relevantes no processo de aprendizagem; situações especiais: o fracasso escolar, a evasão escolar e a diversidade; Behaviorismo, Psicanálise, Humanismo.
Essa disciplina está planejada para um estudo de 68 horas.

Objetivo Geral

Identificar as contribuições da Psicologia à Educação, suas implicações para a compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem na educação.

Objetivos Específicos

Conhecer a psicologia da educação, sua origem, evolução teórica, sua situação no campo do conhecimento, seus objetos e conteúdos de estudo e suas principais abordagens teóricas contemporâneas.
Compreender o processo de inserção da Psicologia da Educação na realidade brasileira.

Conteúdo Programático

As unidades que compõem o livro didático desta disciplina se referem aos resultados que você deverá alcançar para cumprir os objetivos de cada unidade, os quais definem o conjunto de conhecimentos que você deverá possuir para o desenvolvimento de habilidades e competências para a sua formação no curso.

Procedimentos de Avaliação

Serão realizadas atividades semanais em cada unidade, propostas pelo Professor Formador e pelo Tutor, além de fórum, Wiki e atividades complementares. No final das unidades, será realizada uma avaliação presencial no polo.

Unidade 1

Essa unidade apresenta a evolução histórica da psicologia. Conheceremos os antecedentes históricos e filosóficos de sua constituição como ciência. Além disso, apresenta as escolas que estão na origem do seu surgimento: o Estruturalismo, o Funcionalismo, o Behaviorismo, a Psicologia da Gestalt, a Psicanálise e o Humanismo, escolas que trazem conceitos significativos para a prática pedagógica.

Unidade 2

Nesta unidade será abordada a evolução da Psicologia da Educação, seu conceito, bases científicas, campo de estudo, conteúdos e objetivos. De posse deste conhecimento, você compreenderá melhor a relevância dessa disciplina para a educação.

Unidade 3

Na Unidade 3, você conhecerá as características dos processos de ensino e aprendizagem. Analisará as principais teorias da aprendizagem e ainda as situações especiais de ensino.

Unidade 4

Nesta unidade, você conhecerá alguns aspectos que norteiam a formação do adolescente e das famílias frente às mudanças da sociedade até a atualidade.

Unidade 5

Na unidade 5, vamos fazer uma reflexão sobre o que acontece nos bancos escolares que provoca um alto índice de evasão e ainda os aspectos da diversidade na educação.

Unidade 6

Esta unidade trata de concepções de desenvolvimento e de aprendizagem, suas implicações para a prática pedagógica e, ainda, alguns marcos importantes da história da Psicologia da Educação no Brasil.

1. A Psicologia: uma breve retrospectiva de sua evolução Histórica

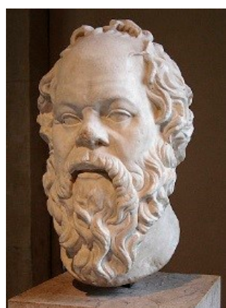
No início do percurso desta disciplina, necessitamos conhecer um pouco da história do estudo dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem pela Psicologia. O conhecimento dessa origem pode ser um importante subsídio para a compreensão dos caminhos pelos quais seguiram as pesquisas sobre o processo de desenvolvimento e de aprendizagem de crianças, adolescentes e adultos, relevantes para o pensamento pedagógico sobre a aprendizagem e o seu desenvolvimento.
O termo "Psicologia" tem origem grega, sendo derivado da junção de duas palavras - Psyché e logos - significando o "estudo da mente ou da alma". Psicologia, então, é a ciência que estuda o surgimento e o desenvolvimento dos fenômenos e dos processos psicológicos que motivam e orientam o comportamento humano.



Dica de Vídeo complementar
O que é a psicologia? - Minutos Psíquicos
https://www.youtube.com/watch?v=Cfu-Q-8A9zo

A história da psicologia começa com os gregos no século III antes de Cristo. Os avanços que os gregos produziram na arquitetura, agricultura, física, geometria, política permitiram que o cidadão se ocupasse das coisas do espírito, como a filosofia e a arte. Entre os filósofos gregos surge a primeira tentativa de sistematizar a psicologia. Trabalhavam com a parte imaterial do ser humano sem considerar o pensamento, os sentimentos de amor e ódio, a irracionalidade, o desejo, a sensação e a percepção. Com Sócrates, Platão e Aristóteles observamos as primeiras reflexões sobre o estudo da mente e alma humanas. Os pensadores legaram à humanidade considerações importantes, de caráter psicológico, sobre aprendizagem e o ensino, entre vários outros temas.

Sócrates (469 a.C. a 399 a.C.) é considerado o pai da Filosofia Ocidental. Desenvolveu a técnica da Maiêutica, método pelo qual a ideia nascia, era o parir das ideias, de forma semelhante a um parto.



Fonte: fenetredecultura.blogspot.com

Caracteriza-se pelo momento de busca da verdade, no qual o ser humano anseia o aprimoramento de suas ideias pela reflexão e pelo diálogo, num exercício de análise interior para descobrir a verdade. É em sua busca pela verdade que se percebem as ideias psicológicas, pois, para o filósofo, a verdade está em cada indivíduo. Para Sócrates, o homem ao voltar-se para si mesmo chegaria à sabedoria. O pensador concebia o homem por meio de dois princípios: alma (espírito) e o corpo. Todas as suas teorias foram conhecidas através dos diálogos críticos com seus interlocutores. Sócrates andava pela cidade, nas feiras, mercados, praças, prédios públicos etc. debatendo com as pessoas interessadas sobre assuntos referentes à vida em sociedade.
O conteúdo dos seus diálogos chegou até nós por meio de seus discípulos, especialmente de Platão, pois Sócrates não deixou nada escrito. Segundo ele, deve-se seguir a inscrição do Templo de Apolo: "conhece-te a ti mesmo". À medida que o homem se conhece bem, ele chega à conclusão de que não sabe nada. Para ser sábio, é preciso confessar, com humildade, a própria ignorância. "Só sei que nada sei", repetia sempre Sócrates.

A maior contribuição de Sócrates foi a investigação, os questionamentos. Aquele que questiona, perturba a ordem estabelecida. Na época, Sócrates é acusado de corromper a juventude e de desprezar os deuses gregos da cidade. Com base nessas acusações, ele é condenado a beber cicuta, que é um veneno extraído de uma planta do mesmo nome. Na Apologia de Sócrates escrita por Platão, segundo a tradução de Maria Lacerda de Souza (2008), ele ficou imperturbável durante o julgamento e, no final, ao se despedir de seus discípulos, ele disse: "já é hora de irmos; eu para a morte, vós para viverdes. Quanto a quem vai para um lugar melhor, só deus sabe." Defensor do diálogo como método de educação, para Sócrates, ninguém adquire a capacidade de conduzir-se e, muito menos de conduzir os demais, se não possuir a capacidade de autodomínio.

Platão (427 a.C. a 347 a.C.) foi o maior discípulo de Sócrates. Segundo o filósofo, a verdadeira aprendizagem começa com um estado de perplexidade impelindo a pessoa ao esforço do conhecimento, forçando a pessoa a pensar, refletir no que está ocorrendo, possibilitando o conhecimento sobre si.

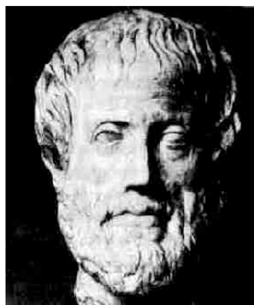

Fonte: www.benitopepe.com.br

Platão acreditava que cada um é responsável por sua própria aprendizagem. Por volta de 387 a.C., Platão fundou sua própria escola de filosofia nos jardins construídos pelo seu amigo Academus, que deu à escola o nome de Academia. É uma das primeiras instituições de ensino superior do mundo ocidental. Platão, diferentemente de Sócrates, tinha o hábito de escrever sobre suas ideias e ainda resgatou boa parte do pensamento de seu mestre Sócrates. Ele não andava promovendo debates em locais públicos como seu mestre. Devido a isso, Platão era mais restrito, chegavam a ele quem frequentava a academia, ou seja, os filhos dos aristocratas. Platão acreditava que o homem que vive aprisionado no seu corpo só consegue enxergar as sombras e não a realidade em si. Para explicar isso Platão cria a Alegoria da Caverna.

- Há homens presos, desde meninos, por correntes nos pés e no pescoço, com o rosto voltado para o fundo da Caverna. Próximo à entrada da caverna desfila-se com muitos objetos diferentes, cujas sombras são projetadas pela luz do Sol na parede do fundo. Os prisioneiros contemplam as sombras, pensando tratar-se da realidade, pois é a única que conhecem. Um dos prisioneiros consegue escapar e, voltando-se para a entrada da caverna, num primeiro momento, tem sua vista ofuscada pela luz intensa, mas aos poucos ele se acostuma e começa a descobrir que a realidade é bem diferente daquela que ele conheceu a vida toda, por meio das sombras. Esse homem se compadece dos companheiros da prisão e volta para lhes anunciar aquilo que contemplara. Ele é chamado de louco e é morto pelos companheiros.

Esse mito se refere a Sócrates que tentava demonstrar a realidade ou a verdade de vários fatos de Atenas, como por exemplo, a política. Contudo, como vimos, Sócrates desagradou muita gente ao tentar esclarecer as pessoas sobre a verdade e, por isso, foi condenado à morte.

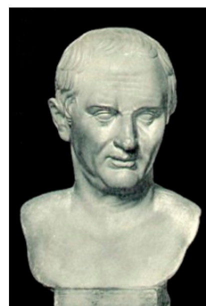
Aristóteles (322 a.C. a 384 a.C.) foi discípulo de Platão, mas seguiu o seu próprio caminho, com uma filosofia bem diferente do mestre. Quanto ao método de exposição da filosofia, enquanto Platão fez uso dos diálogos, Aristóteles foi um sistematizador. Embora ele também tenha escrito diálogos, o que chegou até nós foi apenas uma parte das suas obras produzidas em forma descritiva e ordenada.


Fonte: www.mundodosfilosofos.com.br

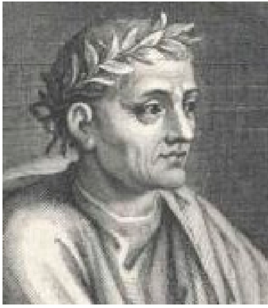
Ele organizou o conhecimento até então deixado por Sócrates e Platão. Criou sistemas classificatórios para a natureza, sobre o céu, sobre os fenômenos atmosféricos; exame da física como o movimento, infinito, vazio, lugar, tempo etc. Também estudou ideias psicológicas sobre sensação, memória, sono, sonhos, respiração, história dos animais; classificou as espécies vivas, as formas de governo, de retórica (argumentação) e ainda realizou muitos outros estudos. Em suma, ele organizou ou sistematizou praticamente todo conhecimento acumulado até então. Aristóteles ressalta a importância do exercício na aprendizagem, pois isso reforça a memória por meio da imitação, repetição mental. Seus escritos sobre a associação de ideias como formadoras de hábitos foram os pontos de partida para o aparecimento da Psicologia Experimental em 1879 realizada por Wundt.

Após os gregos, encontramos influência de pensadores romanos, em especial de Cícero e Quintiliano, pois seus escritos foram importantes para o aprimoramento do ensino e da aprendizagem ainda na Roma Antiga.

Marco Túlio Cícero, conhecido como Cícero, opõe-se aos professores daquela época que se preocupavam apenas com a transmissão de regras ou receitas. Ele alertava para a falta de necessidade de observação e reflexão sobre aspectos da cultura geral, não apenas um ensino mecânico e superficial. Acreditava no ensino livre e consciente em seu aprendizado.


Fonte: en.wikipedia.org

Já Marcus Fabius Quintilianus, o Quintiliano, acreditava que o ambiente e as pessoas que cercam a criança desde seus primeiros anos de vida eram essenciais para seu aprendizado e seu desenvolvimento. Defendia o uso de jogos na educação infantil. É imensa sua contribuição para a compreensão do ser humano em sua constituição, principalmente no que diz respeito à aprendizagem e ao ensino.



Fonte: vivaio.padiglioneitaliaexpo2015.com

No Império Romano e Idade Média, não podemos deixar de destacar a influência da Igreja neste período, do conhecimento religioso, devido à monopolização da Igreja Católica sobre o saber e, consequentemente, o estudo do psiquismo. Dois grandes filósofos representam este período: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.



Fonte: imagens.us

Aurelius Augustinus (354 d.C. a 430 d.C.), o Santo Agostinho. Inspirado em Platão, também fazia cisão entre a alma e o corpo, sendo a alma a sede do pensamento humano acreditando que ocorria no homem uma iluminação interior divina como condição básica para a sua aprendizagem, não cabe aos professores ensinar nada, mas apontar os ensinamentos por meio da provocação e do estímulo de forma agradável.

Já Tommaso d'Aquino, o São Tomás de Aquino (1225 a 1274), surgiu oito séculos depois de Santo Agostinho, buscou em Aristóteles a distinção entre essência e a existência. O homem na sua essência busca a perfeição através da sua existência. Somente Deus seria capaz de reunir a essência e a existência em um termo de qualidade.



Fonte: biblioteca-qumran.blogspot.com

Assim, a busca de perfeição pelo homem seria a busca de Deus e acreditava que adquirimos conhecimento por duas vias: interior, no caso de quem procura aprender por meio de sua própria busca, e exterior, no caso de quem busca o aprendizado por meio da instrução de alguém. Acreditava que toda aprendizagem precede do conhecimento anterior, portanto, para aprender deve-se respeitar a capacidade de cada um.

No período do Renascimento, as mudanças ocorridas em todos os setores da produção humana trouxeram muitas contribuições à psicologia e à educação. René Descartes (1596 a 1650) teve papel importante para a Psicologia Moderna na tentativa de resolver a relação corpo e mente que foi motivo de muitas reflexões desde Platão, quando a maioria dos pensadores deixou de adotar uma visão monista (mente e corpo era uma só entidade) e adotaram essa visão dualista (mente e corpo eram de naturezas distintas).



Fonte: fineartamerica.com

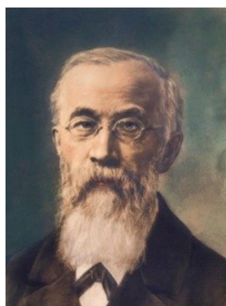
Descartes desenvolve a Teoria do interacionismo mente-corpo, segundo a qual mente e corpo, apesar de serem duas entidades distintas, são capazes de exercer influências mútuas e interatuar no organismo humano. Ele concluiu que a razão mediava todas as relações entre sujeito e objeto e, só através dela, é que se pode chegar à verdade sobre as coisas. Com as novas descobertas, a valorização do homem postula a separação entre mente (alma, espírito) e corpo. O homem possuía uma substância material e uma pensante, e o corpo desprovido do espírito é apenas uma máquina. Este dualismo torna possível o estudo do corpo humano morto. Avançamos assim na anatomia e fisiologia que também contribuiu para o progresso da psicologia.

Uma questão que merece ser lembrada no estudo do surgimento da psicologia como ciência é a questão da subjetividade privatizada. Segundo os autores Luís Cláudio Mendonça Figueiredo e Pedro Luiz Ribeiro de Santi (2014), devemos considerar duas condições para o conhecimento científico da psicologia: uma seria a experiência da subjetividade privatizada e, a outra, a experiência da crise desta mesma subjetividade. Ainda, segundo os autores, a subjetividade privatizada seria a nossa individualidade, o nosso “eu”, e a crise estaria ligada a nossa experiência com transformações culturais ao longo dos nossos anos, tais como costumes, religião, entre outros que determinam a subjetividade e a individualização. No entanto, é importante ressaltar que essas transformações ocorrem na sociedade, num contexto social, político e econômico e, somente a partir do reconhecimento do individual, do homem dentro desta mesma sociedade, é que podemos perceber a psicologia sendo aceita como ciência. Observamos isso ao longo da história da humanidade, pois o homem começa a criticar e duvidar do próprio homem. Com isso, claramente percebe-se a necessidade das crises da subjetividade privatizada. A construção dos questionamos humanos e, obviamente, a condução de projetos da psicologia como uma ciência colabora para a solução de problemas da crise da subjetividade onde a psicologia aparece com o caminho a ser percorrido para a solução da crise.

Ainda contextualizando a evolução histórica da Psicologia, não podemos desconsiderar que, como todos os acontecimentos humanos, a constituição do referencial científico esteve diretamente relacionada com as necessidades da Humanidade,

sejam elas sociais, econômicas, entre outras. Como por exemplo, a possibilidade de desvendar a natureza e suas leis pela observação rigorosa e objetiva; a necessidade dos homens construírem novas formas de produzir o conhecimento; o homem passou a ser concebido como um ser livre, capaz de construir seu futuro; os dogmas da Igreja foram questionados; o conhecimento tornou-se independente da fé; o aparecimento da racionalidade humana como possibilidade de construção do conhecimento, entre outros pontos observados.

A Psicologia científica nasce quando, no século XIX, Wilhem Wundt (1832 a 1920) adota o método de investigação das ciências naturais como critério rigoroso de construção do conhecimento.


Fonte: www.art-prints-on-demand.com

Em 1879, com a criação do primeiro laboratório em Leipzig, na Alemanha, ocorrem os primeiros estudos experimentais dos fenómenos psicológicos, conferindo, desta forma, à Psicologia o estatuto de ciência quando ficam definidos seus objetos de estudos, delimitando seu campo de estudo e formulando seus métodos e teorias. O grande reconhecimento histórico de Wilhelm Wundt deve-se, principalmente, à criação do Laboratório de Psicologia Experimental na Universidade de Leipzig, em 1879, a publicação de Princípios de Psicologia Fisiológica em 1873 e pela fundação da primeira revista científica de psicologia, a Philosophische Studien, em 1881. Wundt tinha como seu principal objeto de estudo o consciente. Trabalhava com dois programas principais para suas experiências: o exame da experiência consciente “imediata”, por meio de métodos experimentais de laboratório, e o estudo dos processos mentais superiores, por métodos não laboratoriais. Wundt tornou-se líder do movimento conhecido como Estruturalismo. O Estruturalismo define a psicologia como ciência da consciência ou da mente.

Em meio a variadas definições, hoje, define-se Psicologia como a ciência que estuda o comportamento e os processos mentais do ser humano, tendo construído, ao longo de seu processo histórico, uma evolução científica, traçando para a Psicologia, um âmbito de atuação que cobre um amplo espectro de possibilidades de estudos. Segundo Ana Mercês Bahia Bock (2009), algumas ditas psicologias aparecem com seus objetos de estudo, como no caso de um psicólogo comportamentalista, ele dirá que seu objeto de estudo é o comportamento humano enquanto que um psicólogo psicanalista dirá que seu objeto de estudo é o inconsciente e ainda encontramos outros que dirão que é a consciência humana, a personalidade, entre outros. A psicologia ainda não consegue trazer soluções para muitos aspectos relativos ao ser humano, já que a realidade está em movimento e surgem novas perguntas a cada dia. Ainda, segundo Ana Mercês Bahia Bock (2009):

> “A ciência, como forma de saber do ser humano, tem seu campo de atuação com métodos e princípios próprios, mas, como forma de saber, não está pronta e nunca estará. A ciência é, na verdade, um processo permanente de conhecimento do mundo, um exercício de diálogo entre o pensamento humano e a realidade, em todos os seus aspectos. Nesse sentido, tudo o que ocorre com o ser humano é motivo de interesse para a ciência, que deve aplicar seus princípios e métodos para construir respostas”.

Texto Complementar

Sugerimos um trecho do livro de Hilton Japiassu (1983) “A psicologia dos psicólogos”, para melhor compreensão sobre o alcance da psicologia.

A PSICOLOGIA DOS PSICÓLOGOS

(...) somos obrigados a renunciar à pretensão de determinar para as múltiplas investigações psicológicas um objeto (um campo de fatos) unitário e coerente. Consequentemente e por sólidas razões, não somente históricas, mas doutrinárias, torna-se impossível à Psicologia assegurar-se uma unidade metodológica. (...)

Por isso, talvez fosse preferível falarmos, ao invés de “psicologia”, em “ciências psicológicas”. Porque os adjetivos que acompanham o termo “psicologia” podem especificar, ao mesmo tempo, tanto um domínio de pesquisa (psicologia diferencial), um estilo metodológico (psicologia clínica), um campo de práticas sociais (orientação, reeducação, terapia de distúrbios comportamentais etc.), quanto determinada escola de pensamento que chega a definir, para seu próprio uso, tanto sua problemática quanto seus conceitos e instrumentos de pesquisa. (...) não devemos estranhar que a unidade da Psicologia, hoje, nada mais seja que uma expressão cômoda, a expressão de um pacifismo ao mesmo tempo prático e enganador. Donde não haver nenhum inconveniente em falarmos de “psicologias” no plural. Numa época de mutação acelerada como a nossa, a Psicologia se situa no imenso domínio das ciências “exatas”, biológicas, naturais e humanas.

Há diversidade de domínio e diversidade de métodos. Uma coisa, porém, precisa ficar clara: os problemas psicológicos não são feitos para os métodos; os métodos é que são feitos para os problemas. (...)

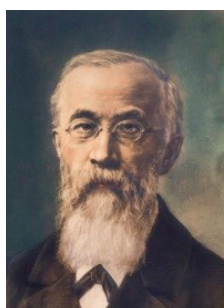
Interessa-nos indicar uma razão central pela qual a Psicologia se reparte em tantas tendências ou escolas: a tendência organicista, a tendência fisicalista, a tendência psicossociológica, a tendência psicanalítica etc. Qual o obstáculo supremo impedindo que todas essas tendências continuem a constituir “escolas” cada vez mais fechadas, a ponto de desagregarem

a outrora chamada "ciência psicológica"? A meu ver, esse obstáculo é devido ao fato de nenhum cientista, consequentemente, nenhum psicólogo, poder considerar-se um cientista "puro". Como qualquer cientista, todo psicólogo está comprometido com uma posição filosófica ou ideológica. Este fato tem uma importância fundamental nos problemas estudados pela Psicologia. Esta não é a mesma em todos os países. Depende dos meios culturais. Suas variações dependem da diversidade das escolas e das ideologias. Os problemas psicológicos se diversificam segundo as correntes ideológicas ou filosóficas venham reforçar esta ou aquela orientação na pesquisa, consigam ocultar ou impedir este ou aquele aspecto dos domínios a serem explorados ou consigam esterilizar esta ou aquela pesquisa, opondo-se implícita ou explicitamente a seu desenvolvimento. (...)
Hilton Japiassu. A psicologia dos psicólogos. ed. Rio de Janeiro, Imago, 1983. p. 24-6. [pg. 28]

1.1 Estudo das Correntes Teóricas

A Psicologia nasceu na Alemanha, mas foi nos Estados Unidos que encontrou seu desenvolvimento científico com o surgimento das primeiras abordagens teóricas ou escolas de psicologia.

O Estruturalismo


Fonte: psicofadeup.blogspot.com

Edward Titchener (1867 a 1927) propôs uma nova abordagem para a teoria conhecida por Estruturalismo de Wundt.

Ele afirmou que o estruturalismo apresentava a forma de Psicologia postulada por Wundt, entretanto, o estruturalismo estabelecido por ele como a primeira escola de pensamento no campo da Psicologia trazia diferenças.

Para Wundt, a mente tem o poder de sintetizar espontaneamente os elementos. Já Titchener entendia que os elementos é que compõem a estrutura da consciência, desvalorizando a sua associação. Segundo Titchner, a Psicologia analisa a consciência nas suas partes constituintes para assim determinar a sua estrutura.

Figura 1 – Método Estruturalista de Wundt



No método de Wundt demonstrado na figura 1, podemos perceber que Wundt utilizava a introspecção controlada como método para ter acesso à consciência ou aos processos mentais como objeto de estudo. Consciência esta que se divide nos seus objetos mais simples, como as sensações, os sentimentos e as emoções através das reações neurofisiológicas da pessoa.

Para Titchener, os problemas ou finalidades da Psicologia seriam: reduzir os processos conscientes nos seus componentes mais simples; determinar as leis mediante as quais esses elementos se associam e conectar esses elementos às suas condições fisiológicas. Titchener opôs-se à abordagem wundtiana no aspecto do uso de equipamentos e a sua concentração em medidas objetivas. Então, o Estruturalismo se propõe ao estudo da consciência em seus aspectos estruturais, ou seja, os estados elementares da consciência tomados como estruturas do sistema nervoso central, adotando o mesmo método de observação de Wundt, o introspeccionismo. Esse método utilizava sujeitos orientados que seguiam normas, regras, como por exemplo: o observador deve ser capaz de determinar quando o processo pode ser introduzido; ele deveria estar num estado de prontidão ou de atenção concentrada, entre outros aspectos. Observavam e analisavam a sua própria consciência

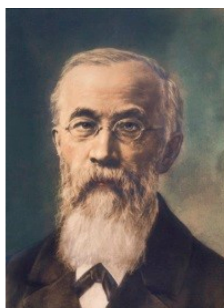
relativa, dado o objeto de pesquisa. A Introspecção se caracteriza pela observação de uma consciência individual por si mesma, de um exame do próprio estado mental, conhecimento das emoções através da observação interna e reflexão por parte do próprio sujeito. O indivíduo é, ao mesmo tempo, sujeito do conhecimento e objeto de estudo num processo de auto-observação.

Na Introspecção controlada, ocorre a presença de observadores externos, cujas etapas se caracterizam pela apresentação de estímulos visuais ou auditivos; o sujeito da observação descreve suas emoções; as informações ficam relacionadas e interpretadas por uma equipe de psicólogos. O método de introspeccionismo, para Titchener, aplicava-se apenas pela observação racional. O introspeccionismo e os conhecimentos psicológicos produzidos a partir do laboratório são os métodos de observação que foram utilizados por Wundt e Titchener, os principais responsáveis pela escola estruturalista.



Texto Complementar
O Introspeccionismo ainda não Considerado: O Caso de Edward Titchener
http://www.ufjf.br/psicologiaempesquisa/files/2014/07/v8n1a12.pdf

O Funcionalismo desenvolveu-se nos Estados Unidos com William James (1842-1910). Os estudos funcionalistas elegeram a consciência como o centro de suas preocupações e traçaram como objetivo a busca pela compreensão de seu funcionamento. Preocupa-se com a utilidade prática das ideias e dos comportamentos para a sobrevivência do organismo no meio ambiente.

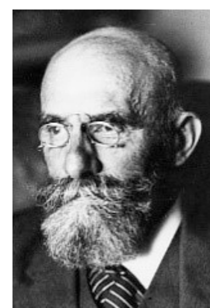


Fonte: en.wikipedia.org

Os funcionalistas preocupavam-se em entender o "porquê" da experiência e do comportamento. Outra ideia que identificamos no pensamento de James é a de que a evolução biológica fez com que o ser humano desenvolvesse a capacidade de reflexão, que permite que este se adapte ao ambiente em que está inserido procurando compreender como ela realiza as funções de adaptação à realidade que teve a consciência como sua grande preocupação.

A Gestalt

Estruturada por Chrinstiam von Ehrenfels (1856 a 1932), filósofo e psicólogo, a Psicologia da Gestalt estuda as sensações (dado psicológico) de espaço-forma e tempo-forma (o dado físico).



Fonte: www.aeiou.at

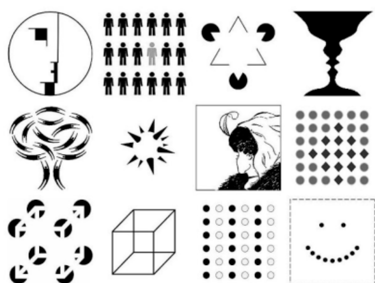
As bases dessa teoria psicológica partiram de estudos que estabeleciam a forma e sua percepção na Alemanha, entre 1910 e 1920, através de Max Wertheimer (1880–1943), Kurt Koffka (1886–1941), Wolfgang Kohler (1887–1967). A palavra Gestalt tem origem alemã e surgiu de uma das muitas traduções da Bíblia em 1523, significando "o que é colocado diante dos olhos, exposto aos olhares". O termo alemão "Gestalt" se aproxima na tradução para o português correspondente como forma, estrutura, configuração, podendo ser compreendido como uma integração de partes em oposição à soma do "todo". A Psicologia da Gestalt, também conhecida como Psicologia da Boa Forma, estuda as sensações de espaço, forma e tempo.
As aplicações das descobertas da Gestalt na Educação são muito importantes por não utilizarem o exercício puramente mecânico no processo de aprendizagem. Segundo Ehrenfels (1890), existem características da forma onde a união destas sensações gera a percepção. Köhler e Koffka defendiam que a experiência e a percepção são mais importantes que as respostas específicas no processo de aprendizagem. Segundo eles, a aprendizagem acontece através de um insight, que se constitui numa compreensão súbita para solução de problemas, até então sem resposta, sendo a aprendizagem uma reorganização do campo cognitivo que permite a compreensão de um problema e a sua solução.

As Leis da Gestalt
Observando-se o comportamento espontâneo do cérebro durante o processo de percepção, foram elaboradas algumas normas para o entendimento desse comportamento:

- Semelhança: Objetos semelhantes tendem a permanecer juntos, seja nas cores, nas texturas ou nas impressões de massa destes elementos.
- Proximidade: Partes mais próximas umas das outras tendem a ser vistas como um grupo.

- Boa Continuidade: Alinhamento harmônico das formas.
- Pregnância: Melhor assimilação da imagem.
- Clausura: Figura que tem limites bem marcados.

A Teoria da Gestalt estuda a percepção e a sensação do movimento, os processos psicológicos envolvidos diante de um estímulo e como este é percebido pelo sujeito. A Psicologia da Gestalt afirma que as partes nunca podem proporcionar uma real compreensão do todo. O todo é diferente da soma das partes. Os psicólogos da Gestalt analisam os fenômenos mentais e comportamentais em elementos pré-determinados arbitrariamente, pois o todo psicológico é mais do que a soma de suas partes, merecendo ser compreendido em sua totalidade. A Gestalt encontra no fenômeno da percepção as condições para a compreensão do comportamento humano. A maneira como percebemos um determinado estímulo irá desencadear nosso comportamento.



Fonte: en.wikipedia.org

As figuras podem ser percebidas de formas diferentes. Mais do que os traços das próprias figuras, o que determina a interpretação é o olhar do observador. Para a Psicologia da Gestalt, o olhar do observador é mais importante do que as características do estímulo e diferentemente do associacionismo, vê o processo de aprendizagem como a relação entre o todo e a parte, onde o todo tem papel fundamental na compreensão do objeto percebido.

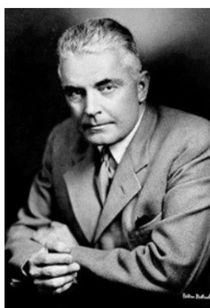
Já, em 1977, o russo radicado na Alemanha Hilarion Petzold (1944) propõe uma nova abordagem em pedagogia denominada Gestalt pedagogia para as situações de ensino e aprendizagem, que propõe alternativas para os problemas na atualidade, uma transferência dos princípios terapêuticos da filosofia da Gestalt para o contexto da educação. A experiência passada, apesar de não conseguir resolver o problema, facilita a compreensão de uma nova situação. É objetivo central da Gestalt pedagogia possibilitar ao indivíduo o desenvolvimento completo das capacidades e de todo o seu potencial, segundo Burow e Scherpp (1981), (...) é apenas preciso que se criem as condições necessárias.



Texto Complementar
"Versando sentidos" sobre o processo de aprendizagem em gestalt-terapia:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672012000200008

1.2 As teorias associativas: O Behaviorismo

O Behaviorismo, também conhecido como comportamentalismo, é uma área da psicologia que tem o comportamento como objeto de estudo. Esta palavra tem origem no termo behavior, que em inglês significa comportamento ou conduta. John Watson (1878-1958) foi o principal divulgador do Behaviorismo. O behaviorismo contempla o comportamento como uma forma funcional e reacional de organismos vivos.



Fonte:psicologia-paulo-rafa.webnode.com.pt

Os principais tipos de behaviorismo são o Behaviorismo Metodológico, que tem como precursor o psicólogo John B. Watson e o Behaviorismo Radical, que tem como pai o psicólogo Burrhus F. Skinner. Sendo o behaviorismo de Watson o primeiro da evolução da escola de pensamento comportamental seguido por trabalhos de Edward Chace Tolman (1886-1959), cujo Behaviorismo intencional propunha uma explicação cognitiva para a aprendizagem, sugerindo que a repetição do desempenho de uma tarefa reforça a relação aprendida entre as dicas ambientais e as expectativas do organismo. Clark Leonard Hull (1884-1952) com seu behaviorismo objetivo, reducionista e mecanicista, a teoria da aprendizagem de Hull concentra-se no princípio do reforço. Skinner com o behaviorismo radical. Esses behavioristas entendem que o estudo da aprendizagem constitui o tópico central da psicologia onde na maioria das vezes os comportamentos, independentemente da sua complexidade, podem ser entendidos pelas leis do condicionamento. Depois aparece Albert Bandura (1925-) com o behaviorismo social cognitivo, cuja abordagem consiste em uma teoria de aprendizagem "social", porque estuda informação e a modificação do comportamento nas situações sociais. Julian Rotter (1916-) com estudos dos processos cognitivos sociais, mas mantendo o enfoque na observação do comportamento manifesto.

Os behavioristas metodológicos estudavam os aspectos objetivos, observáveis e mensuráveis da atividade psicológica, deixando de lado aspectos subjetivos, considerados não mensuráveis, diferentemente dos behavioristas radicais que se preocupavam em estudar os comportamentos observáveis (inatos e aprendidos) e comportamentos privados ou encobertos (como pensamento, sentimento, resolução de problemas etc.). A partir do século XX, o estudo do comportamento animal é parte importante do behaviorismo com o objetivo de fazer comparações, sem "aproximar" o ser humano de outros animais.

Watson entendia que, se a observação objetiva era um método adequado para conhecer o comportamento animal, também seria eficaz em seres humanos. A associação de um estímulo inicialmente neutro a uma resposta, por meio do treinamento ou repetição, era a chave para a compreensão do comportamento. Ele estudava os comportamentos reflexos ou respondentes, os quais eram explicados a partir da relação entre um estímulo antecedente, estímulos eliciadores a uma resposta involuntária do organismo como salivar, sudorese, taquicardia.

Mais tarde, Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936) buscou explicar sobre comportamentos reflexos aprendidos ou respondentes aprendidos. O estudo de tais comportamentos é fundamental para a compreensão sobre as emoções dos seres humanos, incluindo situações em contexto educacional.

O behaviorista Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) foi o pesquisador behaviorista mais conhecido. Sua extensa produção teórica influenciou a Psicologia e ficou conhecida por Behaviorismo Radical, designando uma filosofia da Ciência do Comportamento (que ele se propôs defender) por meio da Análise Experimental do Comportamento humano, que tem sua base teórico-conceitual na formulação do comportamento operante que se caracteriza por estímulos que seguem a resposta permitindo modelar um determinado comportamento pretendido.



Fonte: ariani.pbworks.com

O comportamento operante pode ser público (observável) e privado ou encoberto (sentimento, pensamento, raciocínio, resolução de problema etc.), assim como o meio pode ser interno ou externo. Ainda o condicionamento operante refere-se ao de contingência tríplice, ou seja, a relação entre a situação que antecedente a ocorrência de uma resposta do indivíduo (pública ou privada), a ocorrência da resposta e as consequências que a resposta opera (produz) sobre o meio (externo ou interno). Segundo o autor, "os homens agem sobre o mundo, modificam-no e são modificados pelas consequências de suas ações", Skinner (1953). Enfim, nesta afirmação, Skinner expressa qual a concepção de ser humano que o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento apresentam: sujeito ativo, interativo e participativo em seu meio (externo e interno). Ou seja, no processo ensino-aprendizagem tanto professor como estudante são vistos como sujeitos ativos em interação constante de conhecimentos e habilidades.

O Condicionamento operante é a modificação do comportamento (reações e ações do ser humano), através do controle das consequências que se seguem a um determinado comportamento. O Behaviorismo Radical contempla os estímulos dados aos indivíduos pelo meio ambiente. Há vários tipos de estímulos antecedentes, por exemplo: estímulo discriminativo e estímulo neutro. Há estímulos consequentes: reforço (positivo e negativo) e punição (positiva e negativa). A retirada de estímulos aversivos é chamada de reforço negativo. Esta retirada também aumenta a probabilidade que a resposta desejada ocorrer. Para chegar a estes conceitos, Skinner utilizou-se de experimentos que ficaram famosos, realizados com ratos de laboratório num equipamento que ganhou o nome de Caixa de Skinner.

Caixa de Skinner

Cada rato era colocado sozinho no interior da caixa, a qual era equipada com um bebedouro acionável pelo experimentador ou pelo próprio rato, na medida em que pressionasse numa pequena barra existente no interior do equipamento. Dentre os behavioristas, o trabalho de Skinner é o que tem mais implicações educacionais. As contribuições do Behaviorismo Radical e Análise do Comportamento são inúmeras para a educação. Sua abordagem teve profundo impacto nas tecnologias de ensino (tecnologias para melhorar o ensino e facilitar a vida de professores e alunos como, por exemplo, o quadro negro digital, o ensino a distância), especialmente no que se refere à instrução programada que segundo Glória Della Monica (1977):



Fonte: chasqueweb.ufrgs.br

A "instrução-aprendizagem programa", um dos mais modernos métodos pedagógicos, destina-se a aumentar a eficiência

do processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a proficiência dos educandos e levando em conta, principalmente, o ritmo de aprendizado de cada um, relativo aos diferentes ramos do conhecimento humano.



Texto complementar
Instrução programada
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901977000300012&script=sci_arttext
Tecnologias de ensino da Análise do comportamento
https://mdlw.wordpress.com/tag/tecnologia-de-ensino-b-f-skinner-psi/

Em entrevista dada a uma revista brasileira de análise do comportamento, em 1974, Skinner definiu sua máquina de ensinar da seguinte maneira:

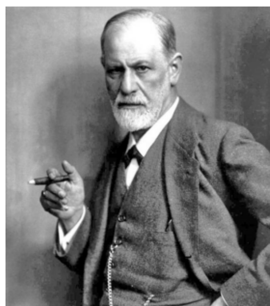
> Minha "máquina de ensinar" consiste, muito simplesmente, em programar o material didático de maneira que o estudante seja recompensado pelos seus esforços não no fim do curso ou de seus estudos – o que é causa de baixa produtividade –, mas em cada uma das etapas de sua aprendizagem. Isto é, ao aprender uma lição, o aluno não é recompensado pelos seus esforços um mês depois, quando recebe a nota X, mas enquanto está trabalhando na lição. Se um aluno pode ver a resposta de um problema matemático apenas quando terminou de resolvê-lo, ele é estimulado por vários fatores: o triunfo de ter resolvido o problema corretamente ou o descobrimento da resposta correta. Se ele fica esperando a nota do professor, que deve ter um valor punitivo, ele não tem verdadeiras razões positivas para se interessas por problemas matemáticos. É fundamental entender que o organismo humano, em relação com o seu comportamento, é reforçado pela sua capacidade de efetividade. (SKINNER, 1974)

Em sua obra "Escola do Futuro" de 1989, Skinner defende a ideia de que os professores terão mais tempo para falarem com seus alunos. Funcionarão como conselheiros, provavelmente permanecendo em contato com determinados estudantes por mais de um ano e tendo a oportunidade de conhecê-los melhor. Os professores deverão ser mais capazes de ajudar os estudantes a escolher campos de interesse, seu futuro. Terão a satisfação de fazer parte de um sistema que ensina habilidades de forma direta e com acompanhamento ponto a ponto.

Na educação, o behaviorismo é utilizado de forma a proporcionar melhoria no aprendizado, a partir das modificações comportamentais do aluno e do professor, aplicando, por meio da psicologia, técnicas diversas, acreditando-se que, conforme já defendido por Watson, é possível transformar um indivíduo por meio do processo da educação.

1.3 A teoria psicodinâmica: A Psicanálise

A Psicanálise desenvolveu-se a partir do trabalho de Sigmund Freud (1856-1939) na Áustria. Este médico propôs a Psicanálise com suas técnicas de hipnose, expressão e associação livre de ideias pelos pacientes, como uma proposta terapêutica para os distúrbios emocionais e também como uma via de investigação dos processos mentais.



Fonte: horoscopovirtual.uol.com.br

A partir da Psicanálise, originaram-se inúmeras abordagens, como a Psicologia Analítica (Cari G.Jung), a Psicologia Reichiana (W. Reich) e ainda a Psicanálise Kleiniana (Melanie Klein), a Psicanálise Lacaniana (J. Lacan). Freud publicou trabalhos durante toda a sua vida, relatando sobre suas descobertas e formulando leis gerais sobre a psique humana, sua estrutura e seu funcionamento. A Psicanálise enquanto método de investigação caracteriza-se pelo método interpretativo, de um significado oculto daquilo que é manifestado por meio de ações e palavras ou pelas produções imaginárias.

O exercício da Psicanálise ocorre de muitas formas, sendo usada como base para psicoterapias, aconselhamento, orientação. A Psicanálise também é um instrumento importante para a análise e compreensão de fenômenos sociais considerados relevantes do mundo contemporâneo. A relação entre Freud e sua obra torna-se muito significativa, pois grande parte de sua produção foi baseada em experiências pessoais, transcritas em várias de suas obras, como por exemplo: "A interpretação dos sonhos" e "A psicopatologia da vida cotidiana", dentre outras.
Seu principal objetivo foi o de descobrir o propósito no inconsciente do ser, suas necessidades, os complexos, traumas e tudo que perturbe seu equilíbrio emocional, um intérprete das necessidades humanas.

Além de ter como objeto de estudo o inconsciente e a descoberta da sexualidade infantil, inova os estudos de Psicologia, até então definida como a ciência da consciência e da razão. Segundo Freud (1926), o comportamento humano baseia-se nos impulsos ou instintos inconscientes, sendo que alguns são destrutivos e outros, tais como a fome, sede, autopreservação e o

sexo, fazem parte da saúde humana, necessários à sobrevivência.

A prática de Freud traz para a Psicologia uma grande contribuição com a recuperação da importância da afetividade. Freud acreditava que a personalidade surgia após a resolução de conflitos inconscientes e das crises do desenvolvimento. Freud distinguiu três zonas do funcionamento mental: o consciente, o subconsciente e o inconsciente. O consciente assume um ponto de vista ideológico em relação a alguma coisa: estava consciente do problema ambiental. O subconsciente se refere a qualquer tipo de conteúdo da mente existente ou operante fora do estado da consciência. Enquanto o conceito de inconsciente aparece como grande inovação na época. No inconsciente, aparecem conteúdos disfarçados nos sonhos, nos atos falhos, nos sintomas, mas nunca em sua forma pura.

Continuando suas pesquisas, Freud formula a Segunda Teoria do Aparelho Psíquico, introduzindo os conceitos de Id, Ego e Superego, referindo-se aos elementos ou instâncias que compõem o "sistema da personalidade". O id, que se constitui como o reservatório da energia psíquica onde se localizam as pulsões da vida e a morte, é regido pelo princípio do prazer. O ego administra a relação do indivíduo com o meio, onde os conteúdos mentais conscientes e subconscientes são acessíveis voluntariamente pelo sujeito tornando possível saber o que está sendo pensado ou sentido a respeito dos conteúdos que estão em sua consciência, ou seja, sistema que estabelece o equilíbrio entre as exigências do id, as exigências da realidade e as ordens do superego. O Superego vai funcionar como censura aos conteúdos do id. Ele origina-se com o complexo de Édipo, a partir da internalização das proibições, dos limites e da autoridade. Esta instância é constituída a partir do moralismo e das repressões no meio social em que vive. Freud buscou relacionar a sexualidade com a educação, focalizando a psicanálise como uma ferramenta estimuladora de práticas intelectuais. A teoria freudiana está totalmente sustentada na estrutura da mente que concebemos por inconsciente, atos que estão dentro do inconsciente humano, pois é nesse local que está o conflito entre o superego e o id.

A partir destas formulações propostas por Freud, muitos trabalhos foram se desenvolvendo no sentido da compreensão do ser humano. No campo da educação, os conceitos propostos por Freud são largamente utilizados para a compreensão e intervenção sobre as dificuldades de aprendizagem pela Psicopedagogia Clínica. Para Freud (1976), "o trabalho da Educação é algo sui generis: não deve ser confundido com a influência psicanalítica e não pode ser substituído por ela".

Além das questões relativas a "dificuldades de aprendizagem", a psicanálise também trata sobre outros conceitos importantes na educação como processo de aprendizagem, processo de transferência e contratransferência, mecanismos de defesa, sexualidade, entre outros aspectos. Segundo Maira Sampaio Alencar Lima (2011):

> Sobre a educação, a postura de Freud mudou diversas vezes, acompanhando as mudanças que a teoria psicanalítica sofreu. No início, ocorreu uma crítica à postura repressora que a educação faz frente à sexualidade, o que propiciaria a neurose e a inibição (1908/1976). Anos depois ele acreditou em medidas profiláticas na educação através da formação psicanalítica e da análise dos professores (1932/1976). Contudo, nos últimos escritos de Freud (1937/1976) já não havia mais a crença nas medidas educativas profiláticas. Educar retomava o lugar de profissão impossível ao lado de governar e curar. Assim, o conceito de pulsão de morte faz sentir seus efeitos na postura freudiana. A psicanálise poderia ajudar a educação a compreender a criança, mas não teria a pretensão de substituí-la. A partir das considerações entre sexualidade, inibição e educação, Freud afasta a psicanálise dos demais saberes ao desconsiderar os limites entre normal e patológico e focar a análise das dificuldades partindo de cada sujeito, da singularidade como cada um é estruturado psiquicamente.

Estágios do desenvolvimento psicossexual

Cada evento psíquico é normalmente determinado por outros que o precederam, essa hipótese é base para o entendimento do aparelho psíquico. O impulso é considerado como um constituinte psíquico, que produz um estado de tensão quando em ação, os instintos são a força propulsora ou motivadora da personalidade. Para Freud (1914), as representações mentais dos estímulos internos (como a fome) que motivam a personalidade do comportamento. A forma de energia, por meio da qual se manifestam os instintos de vida, pode ser chamada de libido que, segundo Freud (1914), é a "energia dos instintos sexuais e só deles", o qual direciona o indivíduo na busca de pensamentos e comportamentos prazerosos. Segundo Lacan (1998):

> A pulsão, tal como é construída por Freud a partir da experiência do inconsciente, proíbe ao pensamento psicologizante esse recurso ao instinto com ele mascara sua ignorância, através de uma suposição de uma moral na natureza. O afeto é a expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional. A pressão é o fator motor da pulsão, a quantidade de força ou exigência do trabalho que ela representa. A rigor, não existe pulsão passiva, apenas pulsões cuja finalidade é passiva (Freud, 1915). Toda pulsão é ativa e a pressão é a própria

atividade da pulsão. Uma zona erógena é uma parte do corpo que recebe estímulos e tem como consequência uma sensação de prazer.



Texto Complementar
Curso de Psicanálise Clínica
http://www.escoladepsicanalisekoinonia.com/armazenamento/ESCOLA%20DE%20PSICAN%C1LISE%20KOINONIA_MODULO%20IV_APOSTILA.pdf

Na teoria psicanalítica de Freud, o desenvolvimento da personalidade humana passa pelos seguintes estágios psicossexuais, conforme Glassman; Hadad (2008).

Estágio oral – se estende do nascimento até o segundo ano de vida. Neste estágio, a estimulação da boca é a fonte primária de satisfação erótica.
"Fase Oral, na teoria do desenvolvimento de Freud, é a primeira fase, estendendo-se desde o nascimento até os dezoito meses, quando o foco da gratificação está na boca. Um bebe recém-nascido é governado por suas pulsões, ou seja, somente o id está presente no nascimento." É nessa fase que o ego se forma.
Estágio anal – coincide com o período de treinamento para aprender a ir ao banheiro autonomamente e de desenvolvimento de competências para a higiene pessoal.
"Fase Anal é a segunda fase do desenvolvimento psicossexual; durante esta fase, o foco da energia da pulsão desloca-se para a extremidade inferior do trato digestivo, e o principal conflito é o treinamento do uso do banheiro." É uma fase de interiorização de normas sociais.
Estágio fálico – acontece por volta do quarto ano de idade. A satisfação erótica está relacionada à região genital e surge muita curiosidade em torno das diferenças entre os sexos e da origem dos bebês e ainda as crianças podem desenvolver uma forte ligação com o genitor do sexo oposto ao mesmo tempo em que sentem ciúmes do genitor do mesmo sexo. No caso dos meninos, Freud chamou esse conflito de Complexo de Édipo, em homenagem ao personagem da mitologia grega que matou o pai e casou-se com a mãe. Quanto às meninas que passam pelo equivalente, o Complexo de Electra, que envolve o amor possessivo pelo pai e o ciúme da mãe. É também o estágio em que se desenvolve o superego, que inflige à criança vergonha e culpa.



Texto Complementar
Electra versus Édipo
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000100003

Período de latência – ocorre dos cinco aos dez anos, aproximadamente. Caracteriza-se por maior interesse em questões intelectuais e pela sublimação do interesse por questões sexuais como mecanismo de defesa. É a fase de desenvolvimento de amizades e laços sociais.
Estágio genital – preparação para a formação de família, início dos relacionamentos amorosos. É a fase de desenvolvimento de amizades e laços sociais.
"Seja ou não resolvido com sucesso o complexo de Édipo, os imperativos do desenvolvimento impulsionam a criança da fase fálica para a fase da latência em torno dos cinco anos. Na fase da latência, que se estende até a puberdade, as pulsões parecem estar relativamente inativas – daí serem vistas como latentes ou ocultas. Em parte, a mudança se deve ao uso da repressão na resolução no complexo de Édipo. Devido a esses resultados no bloqueio do acesso consciente ao id, a gratificação, daí em diante, está relacionada aos processos secundários e, por isso, nunca e tão diretos ou tão imediatos quanto as gratificações da primeira infância. Na latência, as pulsões reprimidas são redirecionadas para novas atividades, com novos objetos de gratificação. Assim, os esportes, os passatempos, a escola e as amizades vão todos proporcionar oportunidades para a satisfação das pulsões. Os problemas que ocorrem na latência, como a agressão excessiva, podem estar relacionados à repressão inadequada e/ou ao fato de o ego ser incapaz de redirecionar a energia da pulsão para saídas socialmente aprovadas".

DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL SEGUNDO FREUD				
Estádio	Idade aproximada	Fonte de prazer	Conflito	Características de personalidade
Oral	Do nascimento aos 12/18 meses	Boca, lábios e língua. Mamar, comer e morder.	Desmame	-Optimismo/ pessimismo -Impaciência -Inveja -Agressividade
Anal	Dos 12/18 meses aos 3 anos	Ânus. Reter, expulsar, controlar. Asseio.	Treino de higiene	Retentivo-anal: -Avareza -Obstinação -Ordem compulsiva -Meticulosidade Expulsivo-anal: -Crueldade -Destruição -Desordem -Desarrumação
Fálico	Dos 3 aos 5/6 anos	Órgãos genitais. Explorar o próprio corpo e dos outros. Tocar nos órgãos genitais.	Complexo de Édipo/Electra	-Orgulho / humildade -Sedução/timidez -Castidade/ promiscuidade
Latência	Dos 5/6 anos aos 12/13 anos	Ausência de interesses sexuais. Curiosidade intelectual e relacionamento social.	---	- Aprendizagem social -Desenvolvimento da consciência moral
Genital	Depois da puberdade	Contactos sexuais com outras pessoas.	---	---

Fonte: http://taismarapsicopedagoga.blogspot.com.br/2012/12/ao-longo-dostempos-sociedade-vem-pouco.html



Sugestão de Filme
FREUD ALÉM DA ALMA
O filme "Freud Além da Alma” fala que, durante um sonho, Freud descobriu seu complexo de Édipo e assim passou a fazer sua autoanálise.

1.4 O Humanismo

Ao final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, a psicologia passou a ter o status de ciência, desenvolvendo propostas metodológicas junto às diversas teorias sobre o funcionamento da mente e o comportamento humano. O Humanismo teve seu início em meados do século XIV, na Itália, em meio à transformação do homem medieval para o homem moderno, entre o final da Idade Média e o início do Renascimento. Com o humanismo, o homem volta a ser centro das coisas após o período dominado pela Igreja. A educação do Renascimento foi centrada no homem, com inclusão da cultura do corpo, alcançava a formação burguesa não chegando à população em geral.



Fonte: likesuccess.com

A partir da segunda metade do século XX, o Humanismo de Carl Rogers (1902-1987) fez-se tão forte e com tantos adeptos que poderia também ser considerado como uma escola da psicologia.

A Psicologia Humanista concentra-se no conceito de valorização da pessoa como um todo. Carl Rogers sofreu profundas influências do conceito de Adler (1870-1937) de busca da perfeição onde Adler (1961) diz o seguinte:

> "A primeira coisa que descobrimos na vida psíquica é que seus movimentos se dirigem a um fim. (...) A vida psíquica do homem é determinada pelo seu objetivo. Homem nenhum pode pensar, querer, sonhar sem que estas atividades sejam determinadas, continuadas, modificadas e dirigidas para um objetivo constante. Isso resulta da necessidade de adaptação do organismo ao meio envolvente (...). Assim, todos os fenômenos da vida da alma podem ser considerados como preparação para alguma situação futura. Parece-nos impossível conceber a alma como outra coisa senão força a agir rumo a um objetivo – e a Psicologia Individual considera todas as manifestações da alma humana como dirigidas para um objetivo".

Com isso, concluímos que podemos, como diz Adler, passar de um sentimento de inferioridade para um sentimento de domínio. As pessoas que vivem todo o seu potencial são aquelas que tendem a viver plenamente cada momento da vida, deixando-se guiar por seus próprios instintos, sem levar em consideração outras opiniões. Seus pensamentos ficam livres e com alta criatividade.

O pensamento de Carl Rogers influenciou a educação centrada no aluno, a espontaneidade, as questões de aconselhamento psicológico no ambiente escolar, a relação educação e pedagogia sendo importantes contribuições da Psicologia por uma escola atualizada e renovada através de atitudes facilitadoras da aprendizagem. O modelo educativo proposto por Rogers, no âmbito da Abordagem Centrada no homem e que designou por Aprendizagem Centrada no Aluno, tem como objetivo principal que o aluno tenha uma participação ativa no seu processo de aprendizagem.

Para o humanismo, a educação não deveria se limitar aos saberes necessários para um exercício profissional específico. O humanismo aparece inserido em quase todas as concepções pedagógicas do século XX. Mizukami (1986) identifica dois enfoques tipicamente humanista, predominantes principalmente no Brasil: de Carl Rogers e Alexandre S. Neill. O ensino nessa abordagem é totalmente centrado no aluno que aparece como uma pessoa situada no mundo e em processo constante de descoberta. O professor não ensina: apenas cria condições para que o os alunos aprendam. O papel do professor se assemelha ao do terapeuta e o do aluno ao do cliente.

Isso quer dizer que a tarefa do professor é facilitar o aprendizado que o aluno conduz ao seu modo. Rogers propunha ainda uma aprendizagem significativa que ocorre quando o conteúdo é percebido como relevante pelo aluno. Desse modo, as experiências pessoais e subjetivas são fundamentais para o conhecimento no processo de ensino-aprendizagem. O importante é aprender a aprender centrando seu processo nas necessidades do aluno. Ainda, como representantes dessa corrente humanista, podemos citar Célestin Freinet (1896-1966), Maria Montessori (1870-1952) e Paulo Freire (1921-1997).

Unidade 2

2.1 Psicologia da Educação: origem e evolução histórica

A educação representa desde os primórdios e principalmente na atualidade o recurso mais precioso numa sociedade, fator reforçado no mundo globalizado em que vivemos. As gerações precedentes a nós fizeram muitos esforços para educar as novas gerações. Desse modo, a Psicologia da Educação constitui um campo do conhecimento que historicamente vem atuando no sentido de subsidiar a prática educacional em todos os contextos nos quais o homem torna-se humano. O interesse pela educação, suas condições e seus problemas foi sempre uma constante entre filósofos, políticos, educadores e psicólogos.



Fonte: inspiracoespedagogicas.wordpress.com

A Psicologia da Educação é o ramo da psicologia que se propõe a estudar o processo de ensino e aprendizagem em suas diversas vertentes: os mecanismos de aprendizagem nas crianças e nos adultos; a eficiência e eficácia das estratégias educacionais; bem como o estudo do funcionamento da própria instituição educacional enquanto organização buscando compreender os processos de desenvolvimento e aprendizagem humana, bem como compreender e explicar os fenômenos de ordem psicológica que ocorrem em contextos de educação formal e não formal. Os psicólogos escolares desenvolvem o seu trabalho em conjunto com os educadores e as famílias na tentativa de alcançar um processo de aprendizagem mais efetivo, principalmente no que diz respeito à motivação e às dificuldades de aprendizagem.

As origens da Psicologia da Educação são observadas ainda na fase do Funcionalismo, nos Estados Unidos, em função das características próprias da sociedade americana, em especial o pragmatismo, onde só era valorizado o que era útil. Por essa razão, a Psicologia da Educação surge inicialmente para resolver os problemas da educação nos Estados Unidos, por volta de 1894. A partir dessa década, o número de psicólogos voltados para esse campo teve um crescimento admirável.

Stanley Hall (1844-1924) e Edward Thorndike (1874-1949) aparecem com destaque com mais contribuições para o desenvolvimento da Psicologia da Educação. A partir de 1905, começam o uso de testes de inteligência para aferir o desempenho dos alunos. O teste criado por Alfred Binet (1857-1911) e Théodore Simon (1873-1961), tinha a proposta de conseguir separar os alunos que tinham um bom desempenho, daqueles que apresentavam dificuldades de aprendizagem. A Psicologia aparece neste momento como solução para os problemas da educação, o que fez com que se tornasse uma espécie de mania nacional nos Estados Unidos, aparecendo amplamente divulgada em periódicos científicos, revistas populares e em outros meios de comunicação, como jornais locais. Já nas décadas de 20 e 30, a Psicologia atravessa um período de questionamentos quanto a sua eficácia. Com a Segunda Guerra Mundial, novamente é cogitada para solucionar diversos problemas. Especificamente no que se refere à Psicologia da Educação, observa-se sua influência em diversos países, como por exemplo, a criação do Instituto de Pesquisa Psicológica Jean Jacques Rosseau, na Suiça por Édouard Claparède (1873-1940), em 1912. O Instituto trabalhava na investigação e no ensino da psicologia e da psicopedagogia.

No decorrer da década de 50, inúmeras transformações ocorridas no mundo, como, por exemplo, o final da guerra fria e a decorrente prosperidade econômica do período, favoreceram novamente a Psicologia da Educação. Muitas questões aparecem levantadas pela Educação em prosperidade e pela psicologia. A partir da década de 70, a Psicologia da Educação começa a desenvolver estudos mais intensos na área da aprendizagem, aproximando-se da Psicologia da Instrução que trata dos aspectos instrumentais de todo o processo de aprendizagem, assim como esta última se aproxima da Psicologia

Cognitiva que estuda os processos mentais que estão por trás do comportamento, examinando questões sobre a memória, atenção, percepção, representação de conhecimento, raciocínio, criatividade e resolução de problemas.

Enfim, a Psicologia da Educação surge como resultado do esforço empreendido por muitos psicólogos e pedagogos, preocupados em aplicar o conhecimento, os princípios, as explicações e os métodos da Psicologia no campo das práticas da Educação. Assim, parece lógico que, como fruto do trabalho de psicólogos e pedagogos, a história da origem e da evolução da Psicologia da Educação confunde-se com a história da Psicologia científica.

Até por volta de 1890, ocorre a justificativa para o emprego do método da disciplina formal, que, orientado pela principal finalidade que é de exercitar as faculdades humanas dos alunos como a inteligência, memória, raciocínio, atenção, concentração etc., priorizou os conteúdos de ensino. Nessa época, a teoria educativa vigente era a das faculdades ou funções cognitivas. Considerando que em razão de tomar como objeto de estudo os aspectos psicológicos das vidas humanas, o estudo do desenvolvimento pela Psicologia revela-se complexo. Ocorrendo o mesmo com a teoria educativa.

A Psicologia da Educação, uma área historicamente recente, se delineia e se caracteriza como uma área para onde convergem interesses e questionamentos sobre a aprendizagem e educação. Encontramos no Brasil contribuições muito relevantes sobre a história da Psicologia da Educação e suas relações com a história da Psicologia por Bernadete Gatti, Marli André, Mitsuko Antunes, Maria do Carmo Guedes, entre outros pesquisadores da área.

A Psicologia da Educação estuda as diferenças individuais, as mudanças de comportamento do sujeito em situações educativas; a análise dos processos de aprendizagem, desenvolvimento e socialização no ambiente educacional; desenvolvimento infantil. Esses campos são fundamentais para a compreensão de sua natureza e dimensão nos estudos da educação.

2.2 Natureza, dimensão epistemológica, fundamentos científicos, objetos de estudo e conteúdos da Psicologia da Educação

A Psicologia da Educação tem por objeto de estudo todos os aspectos das situações da educação, sob a ótica psicológica. Seu domínio é constituído pela análise psicológica de todas as situações da realidade educativa e não apenas a simples aplicação da psicologia às questões da educação. Seu maior objetivo é constatar ou compreender e explicar o que se passa no seio da situação de um problema da educação. A Psicologia da Educação faz parte dos componentes específicos da educação, cuja finalidade é estudar os processos educativos.

Existem basicamente três correntes ou posicionamentos sobre a natureza e a dimensão epistemológica da Psicologia da Educação:

1. A Psicologia da Educação é entendida como mera etiqueta de designação para as explicações e princípios psicológicos pertinentes e relevantes à educação e ao ensino, não consegue ter autonomia didática.
Essa corrente de especialistas entende que "Psicologia da Educação" é apenas a terminologia empregada para designar o corpo de princípios e explicações alcançados pela Psicologia, aplicáveis à situação educativa;

2. A Psicologia da Educação é entendida como uma disciplina com autonomia científica e didática, uma vez que tem já determinados objetivos e conteúdos, princípios psicológicos que atendem aos fenômenos educativos;

3. A Psicologia da Educação é entendida como uma "disciplina ponte", com um objeto de estudo, alguns métodos, marcos teóricos e conceitos próprios, caracterizando-se como uma disciplina de natureza aplicada.



Texto Complementar
Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos
http://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/c/a/cap_01_95_.pdf

Quanto ao objeto de estudo e aos seus conteúdos, vamos considerar a Psicologia da Educação classificada como uma "disciplina ponte", termo cunhado por César Coll (2002.), que considera uma disciplina psicológica e educativa de natureza aplicada. Dessa classificação, decorrem algumas situações, muitos são os aspectos estudados pela Psicologia da Educação e muitas são as contribuições para o profissional de educação.

Unidade 3

3.1 Perspectivas teóricas sobre ensino e aprendizagem

A aprendizagem é um processo fundamental para a vida humana, portanto, se tornou alvo de preocupação da humanidade. Muitos cientistas nos laboratórios de Psicologia das universidades pesquisaram, segundo Bock (2009), o estudo da subjetividade que vem organizando meios para tornar o processo de aprendizagem mais eficiente. Aí reside a justificativa para a importância que se dá ao estudo da aprendizagem para a psicologia e para a educação. A natureza do ensino e da aprendizagem está relacionada à maneira como planejamos nossa intervenção educacional e pedagógica, tanto do ponto vista da educação formal quanto da educação não formal. Quando consideramos o que os alunos já sabem e o que ainda precisam aprender, estamos organizando nosso ensino do ponto de vista pedagógico, a partir de nossas concepções de ensino e aprendizagem.

Explicar o processo de aprendizagem envolve a preocupação em esclarecer o modo pelo qual o ser humano se desenvolve, conhece o mundo, organiza seu comportamento e se ajusta ao meio em que vive. A maior parte dos comportamentos e conhecimentos dos indivíduos é aprendida ao longo do seu processo de desenvolvimento. Todo conhecimento produzido em qualquer época, em qualquer área, traz consigo uma clara concepção do homem. No caso do Humanismo, o homem passa ser o mais importante, o centro das atenções.

Cada ser humano adquire, gradualmente, uma infinidade de competências, regras, informações e maneiras de lidar com as pessoas, coisas e situações. A aprendizagem e o ensino são processos intimamente ligados, pois correspondem às atividades fundamentais que ocorrem dentro de um ambiente educacional de modo sistemático, planejado, deliberado. O ambiente educacional é um lugar onde as pessoas se reúnem para ensinar e aprender. Durante a aula, o aluno exibe grande número de comportamentos ligados diretamente à aprendizagem como a escuta, os gestos, seu olhar, sua fala por exemplo. A aprendizagem não corresponde a um tipo específico de atividade. É uma mudança que ocorre no organismo, durante muitos tipos de atividades, interiormente. Nem tudo o que se aprende é necessariamente socialmente adequado ou desejado, a aprendizagem gera tanto a aquisição de competências socialmente aprovadas e benéficas para o aprendiz e para a sociedade, quanto a aquisição de hábitos, ideias e habilidades questionáveis. Encontramos muitas definições para habilidades e competências onde podemos considerar habilidades como a capacidade técnica de realizar determinadas tarefas e competências a capacidade de realização que também pode ser nata.

Segundo Perés Gomés (2000), as principais Teorias da Aprendizagem foram a Associacionista, Comportamentalista, de Condicionamento, de Estímulo–Resposta e seus principais autores Pavlov, Watson, Guthrie, Hull, Thorndike e Skinner. Eles levantaram as hipóteses de que os comportamentos do ser humano são aprendidos; a aprendizagem passa a ter grande importância; atribuem imenso poder ao ambiente; o homem é produto do meio. Concluímos, a partir dessas teorias, que a aprendizagem se caracteriza pela aquisição de novos comportamentos, que são incorporados ao repertório individual de cada ser, que deverá apresentar capacidades e habilidades para adquirir comportamentos novos, através da aprendizagem, ou modificar comportamentos anteriormente já adquiridos.

Para a educação, a aprendizagem é parte de um processo social de comunicação e apresenta os seguintes elementos segundo José & Coelho (1999):

- O Professor comunicador: enquanto transmissor de informações ou agente do conhecimento que tem participação ativa no processo educativo.
- A Mensagem: um conteúdo educativo, conhecimentos e informações que devem ser adequadas, claras e precisas para ser bem entendida.
- O Receptor da mensagem: o aluno que tem papel passivo no processo.
- O Meio ambiente: meio escolar, familiar e social, onde se efetiva o processo de ensino-aprendizagem.

Uma pergunta inquieta os professores: como avaliar o que alguém aprendeu? Claro que precisamos observar o seu desempenho, mas como mensurar seu aprendizado?
Nas escolas consideradas mais tradicionais, onde a gestão não abre espaço a algumas abordagens, a prova era a única capaz de verificar o aprendizado. Atualmente, têm-se realizado importantes mudanças no modo de pensar em relação à avaliação da aprendizagem combinando várias interpretações.

De acordo com o dicionário Priberam da Língua Portuguesa, avaliação consiste em "determinar o valor de" através de um processo de apreciação, análise das características observáveis em pessoas, objetos, fatos ou fenômenos. Dentro dessa perspectiva Luckesi (2002):

> A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planificada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. (...) A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível (LUCKESI, 2002).

A Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases para a Educação Nacional faz menção à avaliação da aprendizagem, onde o processo avaliativo é contemplado no Art. 24, inciso V, alínea (a) e fala sobre a verificação do rendimento escolar. "Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais". A avaliação vem exigindo uma observação sistemática dos alunos sobre a aprendizagem, analisar as atividades que eles encontram maior ou menor dificuldade, avaliando como um todo, nas diversas situações que envolvem aprendizagem. Para Jussara Hoffmann (1993):

> "a avaliação é a reflexão transformada em ação, não podendo ser estática nem ter caráter sensitivo e classificatório". [...] e valor envolve pessoa. Avaliação é, fundamentalmente, acompanhamento do desenvolvimento do aluno no processo de construção do conhecimento. O professor precisa caminhar junto com o educando, passo a passo, durante todo o caminho da aprendizagem.

A avaliação do desempenho dos alunos deve ser entendida sempre como instrumento a serviço da aprendizagem, da melhoria do ensino do professor, do aprimoramento da escola. Avaliamos para aumentar a compreensão do sistema de ensino, das práticas educativas, dos conhecimentos dos alunos. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo de ensino, mas deve ser uma prática de investigação ampla, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as suas dificuldades no processo.

Tradicionalmente, a Psicologia trabalhou com duas grandes correntes nesse campo da aprendizagem: as teorias do condicionamento e as teorias cognitivistas. Nas Teorias do condicionamento, verificamos a aprendizagem por suas consequências comportamentais. Elas enfatizam as condições ambientais como força propulsora da aprendizagem numa conexão entre um estímulo e uma resposta. Já na aprendizagem cognitiva são necessárias formas de aprendizagem mais complexas, nas quais a percepção, a compreensão de relações significativas e o conhecimento são críticos. Segundo Bock; Furtado; Teixeira (2001):

> "Para a Psicologia, o conceito de aprendizagem não é simples. Há diversas possibilidades de aprendizagem, ou seja, há diversos fatores que nos levam a apresentar um comportamento que anteriormente não apresentávamos, como o crescimento físico, descobertas, tentativas e erros, ensino etc. Nós mesmos temos uma amiga que sabe uma poesia inteira em francês, porque a copiou 10 vezes como castigo, há 20 anos, e tem uma vaga ideia do que está dizendo quando a declama. Podemos dizer que ela aprendeu a poesia? Essas diferentes situações e processos não podem ser englobados em um só conceito. E, assim, a Psicologia transforma a aprendizagem em um processo a ser investigado. São muitas as questões consideradas importantes pelos teóricos da aprendizagem: Qual o limite da aprendizagem? Qual a participação do aprendiz no processo? Qual a natureza da aprendizagem?"

3.2 Fatores do processo de aprendizagem, situações especiais

A qualidade do trabalho pedagógico está associada à capacidade de promoção de avanços no desenvolvimento do aluno. O resgate de importantes contribuições teóricas para a Psicologia e para a Educação tem sido um fenômeno significativo nas últimas décadas, por possibilitar a ampliação das dimensões consideradas na análise dos processos de desenvolvimento e aprendizagem e permitir uma compreensão mais abrangente, totalizante e integrada do aluno.

De acordo com Penteado (1980), os principais fatores de aprendizagem ligados ao individuo são:

- Saúde física e mental: para que seja capaz de aprender, a pessoa deve apresentar um bom estado físico geral. As perturbações na área física, como na sensorial e na área nervosa poderão constituir-se em distúrbios da aprendizagem.
- Motivação: é o fator de querer aprender; despertar o interesse é fundamental para a aprendizagem.
- Prévio domínio: domínio de certos conhecimentos, habilidades e experiências anteriores.
- Maturação: é o processo de diferenciações estruturais e funcionais do organismo. A maturação neurológica cria condições à aprendizagem, havendo uma interação entre ambas.
- Inteligência: capacidade para assimilar e compreender informações e conhecimentos.

- Concentração e atenção: capacidade de fixar-se em um assunto/tarefa.
- Memória: a retenção da aprendizagem.

Existem outras variáveis ligadas diretamente ao processo de aprendizagem, como por exemplo, as metodologias e recursos didático-pedagógicos, contexto sócio-econômico-político-cultural, entre outros. Na Psicologia da Educação, há uma forte discussão e mobilização para a ampliação do conceito/concepção de aprendizagem, em especial, há uma ferrenha oposição às visões que podem levar a "culpabilização" e "psicologização" da aprendizagem e suas possíveis dificuldades, já abordados pelos autores Patto (2002, 20013) e ainda Gatti (2014) e outros autores da área.

A aprendizagem depende de uma interação complexa e contínua entre hereditariedade e o meio ambiente, suas causas podem ser inúmeras como: químicas, físicas, imunológicas, infecciosas, familiar, psicossociais, afetivas e socioeconômicas.

Henri Paul Hyacinthe Wallon (1879 e 1962) considerava o comportamento patológico como laboratório natural para os estudos da psicologia, observando os fenômenos de transformação e, assim, permitindo observações mais precisas. Segundo Wallon (1984), "a criança normal se descobre na criança patológica. Mas sob a condição de não tentar entre elas uma comparação, uma assimilação imediata". Wallon é considerado um autor interacionista, em sua Teoria da Pessoa Completa, concebe a criança como um ser "geneticamente social" que deve ser vista de forma contextualizada e completa (passado, presente e futuro). O desenvolvimento é um processo complexo, repleto de reviravoltas e retrocessos, em que os campos ou conjuntos funcionais (afetividade, movimento, cognição e a pessoa) estão presentes.

A inclusão de alunos com deficiência, considerados especiais, vêm mobilizando a sociedade e toda a comunidade escolar avançando num novo modelo educacional, onde todos os alunos devem estar incluídos nas salas de aulas, do ensino regular.

Para Maria Teresa Eglér Mantoan (1988), a "inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças". Na escola inclusiva, professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças.
O artigo 208 da Constituição brasileira específica que é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", condição que também consta no artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Inclusão escolar é acolher todas as pessoas no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. O termo é mais associado à inclusão no sistema educacional de pessoas com deficiência física e mental.

Esse movimento de inclusão traz várias reflexões, necessidade de adaptações pelos profissionais, novos paradigmas, mudanças na organização de todo o trabalho pedagógico na instituição de ensino. A reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nos estabelecimentos de ensino provoca de modo à instituição atender à diversidade dos alunos, numa abordagem humanística, democrática, que se permite perceber o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial do ano de 2008, na Perspectiva da Educação Inclusiva, assegura acesso ao ensino regular a alunos com algum tipo de deficiência como mental, física, surdos e cegos com transtornos globais de desenvolvimento e a alunos com altas habilidades, como superdotados, desde a educação infantil até a educação superior. Através da Lei Nº 12.796, de 04 de abril de 2013.

De acordo com dados do Ministério da Educação, até 2011, os rumos da Educação Especial e Inclusiva eram definidos na Secretaria de Educação Especial (Seesp), do Ministério da Educação (MEC), depois ficou vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). Além do Plano Nacional de Educação, existem decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis que dispõem sobre o assunto. A seguir destacamos alguns:
No Brasil
–1961 Lei Nº 4.024
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamenta o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de "excepcionais". Segue trecho: "A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade".
–1971 Lei Nº 5.692
A segunda lei de diretrizes e bases educacionais do Brasil é da época da ditadura militar e substitui a anterior. O texto afirma que os alunos com "deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial". Essas normas deveriam estar de acordo com as regras fixadas pelos Conselhos de Educação. Ou seja, a lei não promovia a inclusão na rede regular, determinando a escola especial como destino certo para essas crianças.
–1988 Constituição Federal

O artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, "a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho" e "a igualdade de condições de acesso e permanência na escola".

–1989 Lei Nº 7.853

O texto dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência. Na área da Educação, por exemplo, obriga a inserção de escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional e a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino. Também afirma que o poder público deve se responsabilizar pela "matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino". Ou seja: exclui da lei uma grande parcela das crianças ao sugerir que elas não são capazes de se relacionar socialmente e, consequentemente, de aprender. O acesso a material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo também é garantido pelo texto.

–1990 Lei Nº 8.069

Mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Nº 8.069 garante, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição.

1994 – Política Nacional de Educação Especial

Em termos de inclusão escolar, o texto é considerado um atraso, pois propõe a chamada "integração instrucional", um processo que permite que ingressem em classes regulares de ensino apenas as crianças com deficiência que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais". Ou seja, a política exclui grande parte desses alunos do sistema regular de ensino, "empurrando-os" para a Educação Especial.

–1996 Lei Nº 9.394

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor tem um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, afirma-se que "haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial". Também afirma que "o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular". Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

–1999 Decreto Nº 3.298

O decreto regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências. O objetivo principal é assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no "contexto socioeconômico e cultural" do país. Sobre o acesso à Educação, o texto afirma que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e a destaca como complemento do ensino regular.

–2001 Lei Nº 10.172

O Plano Nacional de Educação (PNE) anterior, criticado por ser muito extenso, tinha quase 30 metas e objetivos para as crianças e jovens com deficiência. Entre elas, afirmava que a Educação Especial, "como modalidade de educação escolar", deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino e que "a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência" era uma medida importante.

–2001 Resolução CNE/CEB Nº 2

O texto do Conselho Nacional de Educação (CNE) institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entre os principais pontos, afirma que "os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos". Porém, o documento coloca como possibilidade a substituição do ensino regular pelo atendimento especializado. Considera ainda que o atendimento escolar dos alunos com deficiência tem início na Educação Infantil, "assegurando- lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado".

2002 – Resolução CNE/CP Nº1/2002

A resolução dá "diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena". Sobre a Educação Inclusiva, afirma que a formação deve incluir "conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais".

–2002 Lei Nº 10.436/02
Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras).
–2005 Decreto Nº 5.626/05
O decreto regulamenta a Lei Nº 10.436, de 2002 .
–2006 Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
Documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, Unesco e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Entre as metas está a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.
–2007 Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)
No âmbito da Educação Inclusiva, o PDE trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.
–2007 Decreto Nº 6.094/07
O texto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC. Ao destacar o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, o documento reforça a inclusão deles no sistema público de ensino.
–2008 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
Documento que traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar "políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos".
–2008 Decreto Nº 6.571
Dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica e o define como "o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular". O decreto obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade. Além disso, reforça que o AEE deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola.
–2009 Resolução Nº 4 CNE/CEB
O foco dessa resolução é orientar o estabelecimento do atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, que deve ser realizado no contraturno e preferencialmente nas chamadas salas de recursos multifuncionais das escolas regulares. A resolução do CNE serve de orientação para os sistemas de ensino cumprirem o Decreto Nº 6.571.

–2012 Lei nº 12.764
A lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

2014 – Plano Nacional de Educação (PNE)
A meta que trata do tema no atual PNE, como explicado anteriormente, é a de número 4. Sua redação é: "Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados". O entrave para a inclusão é a palavra "preferencialmente", que, segundo especialistas, abre espaço para que as crianças com deficiência permaneçam matriculadas apenas em escolas especiais.
Internacional.

–1990 Declaração Mundial de Educação para Todos
No documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), consta: "as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à Educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo". O texto ainda usava o termo "portador", hoje não mais utilizado.
–1994 Declaração de Salamanca
O documento é uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi concebido na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca. O texto trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais, e dá orientações para ações em níveis regionais, nacionais e internacionais sobre a estrutura de ação em Educação Especial. No que tange à escola, o documento aborda a administração, o recrutamento de educadores e o envolvimento comunitário, entre outros pontos.
–1999 Convenção da Guatemala
A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, mais conhecida como Convenção da Guatemala, resultou, no Brasil, no Decreto nº 3.956/2001. O texto brasileiro afirma que as pessoas com deficiência têm "os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano". O texto ainda utiliza a palavra "portador".
–2009 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

A convenção foi aprovada pela ONU e tem o Brasil como um de seus signatários. Ela afirma que os países são responsáveis por garantir um sistema de Educação inclusiva em todas as etapas de ensino.
A Psicologia Sócio-histórica de Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934) abre um campo de debate vasto ao propor que se discuta a aprendizagem do ponto de vista de três teorias: a primeira, reconhece a exigência de um certo nível de desenvolvimento do indivíduo, previamente estabelecido, como condição necessária à aprendizagem (desenvolvimento antecede aprendizagem); a segunda preconiza que desenvolvimento e aprendizagem ocorrem simultaneamente; a terceira posição compreende e defende que desenvolvimento e aprendizagem são processos distintos e independentes. Portanto, a teoria Sócio-histórica gira em torno da compreensão quanto à relação entre desenvolvimento e aprendizagem. A relação desenvolvimento e aprendizagem não é abordada e discutida somente pela Teoria Sócio-histórica, mas também pela Psicogênese da Pessoa Completa (Wallon) e a Epistemologia Genética (Piaget) também tratam sobre tais processos e suas possíveis vinculações.
Bock, Furtado e Teixeira (1999) relacionaram alguns pontos da concepção de Vygotsky:

- Os fenômenos devem ser estudados em movimento e compreendidos como em permanente transformação. Na Educação, isso significa estudar o fenômeno em sua origem e no curso do seu desenvolvimento.
- A história dos fenômenos é caracterizada por mudanças qualitativas e quantitativas. As mudanças na "natureza do homem" são produzidas por mudanças na vida material e na sociedade.
- As mudanças que ocorrem em cada um de nós têm suas raízes na sociedade e na cultura – o sistema de signos (a linguagem, a escrita, o sistema de números) é pensado como um sistema de instrumentos, os quais foram criados pela sociedade, ao longo de sua história. Esse sistema muda a forma social e o nível de desenvolvimento cultural da humanidade. A internalização desses signos provoca mudanças no homem.
- Não há como aprender e apreender o mundo se não tivermos o outro (a mediação). A aprendizagem sempre inclui relações entre as pessoas. Assim, a relação do indivíduo com o mundo está sempre mediada pelo outro, aquele que nos fornece os significados que nos permitem pensar o mundo a nossa volta. Não há um desenvolvimento pronto e previsto dentro de nós que vai se atualizando conforme o tempo passa ou na medida em que recebemos influências externas. O desenvolvimento não é pensado como algo natural nem mesmo como produto exclusivo da maturação do organismo, mas como um processo no qual estão presentes a maturação do organismo, o contato com a cultura produzida pela humanidade e as relações sociais que permitem a aprendizagem. Neste momento, aparece o "outro" como alguém fundamental, pois é quem nos orienta no processo de apropriação da cultura.
-

Seus argumentos levam a educação especial ao contexto social, evitando isolamento. Ainda Vygotsky (1989):

> "A humanidade sempre há sonhado como um milagre religioso: que os cegos vejam e os mudos falem. É provável, que a humanidade triunfe sobre a cegueira, a surdez e a deficiência mental. Porém, a vencerá no plano social e pedagógico muito antes que no plano biológico e medicinal. É possível que não esteja longe o tempo em que a pedagogia se envergonhe do próprio conceito de "criança com defeito". O surdo falante e o trabalhador cego participantes da vida geral em toda sua plenitude não sentirão sua deficiência e não darão motivo para que outros a sintam. Está "em nossas mãos" o desaparecimento das condições sociais de existência destes defeitos, ainda que o cego continue sendo cego e o surdo continue sendo surdo".

Vygotsky, ainda na década de 20 do século passado, propôs soluções para problemas com vistas à inclusão.

Unidade 4

Aspectos da adolescência, sociedade e Família

Do final da Idade Média ao início da modernidade, a estrutura social sofreu importantes transformações e, consequentemente, a estrutura da personalidade humana, a partir das mudanças do comportamento, vivências, sentimentos.

O debate sobre as mudanças na estrutura da família continua, pois, a cada momento, surgem novas questões, outras ressurgem, enquanto outras perdem o sentido no contexto familiar. A esse respeito, afirma Figueira (1989):

> A modernização da família é, portanto, um processo complexo que resulta da modernização dos ideais e das identificações, da dissolução e da criação de categorias classificatórias, da plurificação das aparências e da psicologização dos discursos. Quase não é preciso repetir que este processo está longe de ser linear e que seus resultantes são, portanto, complexos.

A contextualização da família na sociedade possui diversos conceitos. Segundo Engels (1985), Todas as grandes épocas de progresso da humanidade coincidem, de modo mais ou menos direto, com as épocas em que se ampliam as fontes de existência. No modelo de família medieval, havia um conjunto de pessoas, parentes ou não, convivendo em torno de uma casa feudal. O período medieval caracterizou-se pelo feudalismo. O feudalismo começou com o processo de fixação da população europeia no campo. Cada família de servos tinha a posse de um lote de terras no feudo para trabalhar onde dividiam as tarefas. Na modernidade, primeiro se configurou a família dita tradicional normalmente comandada pela autoridade patriarcal. Segundo Lévi-Strauss (1956), há um modelo ideal de família, e esse deve possuir as seguintes características:

> (1) tem sua origem no casamento; (2) é constituído pelo marido, pela esposa e pelos filhos provenientes de sua união; e (3) os membros da família estão unidos entre si por (a) laços legais, (b) direitos e obrigações econômicas e religiosas ou de outra espécie, (c) um entrelaçamento definido de direitos e proibições sexuais, e uma quantidade variada e diversificada de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito, medo e outros.

Em seguida, aparece a família considerada moderna, fundamentada no amor romântico, no casamento. Começa a aparecer a divisão de trabalho entre marido e mulher, e a família divide com o Estado a responsabilidade pela educação do filho. Por fim, desde 1960, temos a família contemporânea, na qual há uma união de duração relativa entre indivíduos, que pode acontecer oficialmente por composições familiares, hétero ou homoafetivas, monoparental, nuclear, extensa etc. Nem sempre é o pai ou a mãe que exerce a função parental na família; por vezes são os tios, os avôs ou são partilhadas por várias pessoas.

As novas e múltiplas configurações da família evidenciam as mudanças nos papeis sociais dos chefes de família. Com todas as mudanças na sociedade esse modelo já ganhou outros contornos. Diversas necessidades levaram a mulher a se introduzir no mercado de trabalho, o que fez com que se tornasse peça importante no provimento financeiro da família, não sendo raros os casos em que é a única provedora. Ainda existem os casos dos idosos serem provedores das famílias.

Na atualidade, a família brasileira, de um modo geral, tem uma formação familiar complexa na sociedade, tendo características diferentes, existem famílias de pais separados, chefiadas por mulheres, chefiadas por homens sem a companheira, a homoafetiva ou heteroafetiva e ainda a nuclear que seria a formação familiar formada de pai, mãe e filhos. Em Psicologia, não há um modelo familiar correto ou incorreto, todos os modelos são e devem ser acolhidos e respeitados. Essa postura está de acordo com o Código de Ética de Psicologia e orientações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) de agosto de 2005.

Mesmo com todas essas transformações da família, esta deve continuar desempenhando funções educativas, sendo a parceira da escola na formação do indivíduo, transmitindo os valores culturais, fornecendo modelos de formação para o

indivíduo viver em sociedade. A família é o primeiro grupo na sociedade de mediação do indivíduo com o mundo social e ainda é responsável pela sua sobrevivência física e mental. Ainda cabe a família concretizar o exercício dos direitos das crianças e do adolescente, amparado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, como cuidados domésticos essenciais para possibilitar seu crescimento e desenvolvimento. Na ausência da família natural, deve-se proporcionar à criança ou ao adolescente uma "família substituta" ou instituição que se responsabilize pela transmissão desses valores e condição para uma inserção no meio social. Na fase da adolescência, focalizam preocupações principalmente com a sexualidade e o uso de substâncias psicoativas.

O significado da palavra família pode ser complexo e de difícil compreensão, mas é importante o convívio familiar e também essencial o relacionamento harmonioso entre todos, pois neste ambiente o indivíduo adquire as condições básicas para sua sobrevivência em sociedade.

Temos no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina como dever da família e do estado qualificar e preparar o individuo para ser livre consciente de seus direitos como cidadão. Temos:
Art.1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
Art.2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, sem preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece em seu art. 227, os direitos da criança e do adolescente com a criação do ECA. Art. 19, toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada à convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.
A Constituição Federal de 1988 vem garantir o novo modelo familiar com a "união estável" como entidade familiar protegida pelo Estado, devendo a lei facilitar sua conversão nas várias concepções de casamento (artigo 226, § 3º). E ainda, o novo Código Civil 2002 na Lei 10.406 – art. 1567: "a direção da sociedade conjugal será exercida em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos". A Lei
Esse assunto é motivo de amplos debates onde são analisados os complexos processos familiares. É importante salientar a disjunção existente na figura do adulto cuidador pois nem sempre é o pai ou mãe que exerce esse papel, existe uma ampla discussão de gênero que não pode ser esquecida, pois está presente nas escolas e em toda sociedade. Ao longo do processo histórico, os sentidos relacionados à figura do pai passaram por grandes transformações. O sistema patriarcal, fundado na autoridade paterna, ainda aparece na modernidade, trazendo consequências para as relações sociais no nosso cotidiano, por exemplo, posturas e pensamentos machistas e discriminatórios nas famílias, escolas e sociedade em geral.

Atualmente, por vários motivos, principalmente socioeconômicos, como exemplo a inserção da mulher no mercado de trabalho, a família passou a dividir também a função de introduzir o indivíduo na sociedade com as instituições educacionais como as creches, pré-escolas e escolas e isso vem acontecendo em todas as classes sociais. A instituição educacional acabou se tornando uma das instituições sociais de maior importância em mediar a relação entre indivíduo e sociedade com a responsabilidade de transmitir aspectos culturais, valores morais, comportamento e socialização além da orientação sexual, profissional, valores e ideais, ou seja, a vida como um todo. A família precisa compreender o processo de educação como algo a ser partilhado, onde a educação deve sempre se iniciar dentro do ambiente doméstico. Libâneo (2004) ressalta: a exigência da participação dos pais na organização e gestão da escola corresponde a novas formas de relações entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola nas práticas de descentralização, autonomia, corresponsabilização, interculturalismo. De fato, a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social mais ampla. Atendendo as exigências da sociedade onde a estruturação da família está intimamente ligada ao momento histórico que atravessa a sociedade da qual ela faz parte. Todas as variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas influenciam diretamente na formação do cidadão.



Dica de Vídeo Complementar
Que relação deve existir entre família e escola?
http://revistaescola.abril.com.br/formacao/pais-sao-desinteressados-pela-educacao-filhos-493539.shtml

A fase da adolescência apresenta algumas abordagens. Walon e Freud afirmam que a adolescência inicia com a puberdade, pois não é a idade que determinada seu início ou término e sim as características físicas, psicológicas e emocionais, além

das variáveis contextuais (social, histórica, econômica etc.). Para algumas teorias psicológicas, a adolescência é um período social, econômico e historicamente construído.

Os limites cronológicos da adolescência são definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) entre 10 e 19 anos e pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre 15 e 24 anos, critério este usado principalmente para fins estatísticos e políticos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990, considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (artigo 2o). Em casos excepcionais e quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade (artigos 121 e 142). O adolescente pode ter o voto opcional como eleitor e cidadão a partir dos 16 anos. O conceito de menor fica subentendido para os menores de 18 anos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define adolescência como sendo o período da vida que começa aos 10 anos e termina aos 19 anos completos. Para a OMS, a adolescência é dividida em três fases:

- Pré-adolescência – dos 10 aos 14 anos,
- Adolescência – dos 15 aos 19 anos completos
- Juventude – dos 15 aos 24 anos.

A adolescência termina quando a pessoa sai da fase infantil para a fase adulta. Esse período é marcado por mudanças físicas do corpo, como também muitas mudanças cognitivas e socioemocionais. A Psicologia contribui bastante para a atuação dos educadores em sala de aula na fase da adolescência e ainda junto as suas famílias. Uma série de características físicas marca essa fase provocando mudanças emocionais e de comportamento. O Estirão de Crescimento, ou seja, o rápido aumento na altura e no peso que tem início, em média, aos 10 anos para as meninas e aos 12 anos para os meninos é um fato marcante. Esse estágio acompanha o crescimento do torso, o que traz o corpo de volta à proporcionalidade. Nos meninos, o estágio final resulta no alargamento do peito e dos ombros e no desenvolvimento de músculos mais fortes. Para as meninas, as mudanças no corpo ocorrem à medida que os quadris se alargam e a gordura se deposita nos seios, na cintura, nas nádegas e nas coxas. Todas essas mudanças são consequência do aumento dos hormônios que provocam alterações emocionais. Os sinais da puberdade, o começo do amadurecimento sexual também tem tempos diferentes para os meninos e as meninas. O engrossamento da voz é uma das últimas mudanças perceptíveis do amadurecimento masculino.

A fase da adolescência apresenta tarefas particulares, que, muitas vezes, envolvem todos os membros da família. O diálogo nessa etapa do desenvolvimento assume um papel fundamental. Muitas vezes, é importante uma preparação por parte da família para lidar com seus filhos adolescentes que precisam de orientações, que sirvam de referência para enfrentar situações, que necessitem de reflexão e tomada de decisões. Assim, os pais podem reduzir suas angústias frente à adolescência dos filhos, amparando-os nas dificuldades de ajustamento que enfrentam nesta etapa da vida. Como os corpos humanos, o mesmo ocorre com os padrões de pensamento e emoção humanos.



Dica de Vídeo complementar
O que são emoções? - Minutos Psíquicos
https://www.youtube.com/watch?v=GyFQj64amhY

Jean Piaget (1896-1980) via os progressos cognitivos da adolescência como uma capacidade maior de pensar de maneira abstrata, denominado pensamento operacional formal onde os adolescentes alcançam a capacidade de compreender e lidar com conceitos abstratos, especular a respeito de possibilidades e alternativas e ainda raciocinar em termos hipotéticos. Segundo Piaget (1970):

> O pensamento do adolescente se difere do pensamento da criança, ou seja, a criança consegue chegar a utilizar as operações concretas de classes, relações e números, mas não as utiliza num sistema fundido único e total que é caracterizado pela lógica do adolescente. O pensamento liberta-se da experiência direta e as estruturas cognitivas da criança adquirem maturidade. Isso significa que a qualidade potencial do seu pensamento ou raciocínio atinge o máximo quando as operações formais encontram-se plenamente desenvolvidas. Assim é o desenvolvimento mental, constata-se que a unidade profunda dos processos que da construção do universo prático, devido à inteligência senso-motora do lactente, chega à reconstrução do mundo pelo pensamento hipotético-dedutivo do adolescente, passando pelo conhecimento do universo concreto devido ao sistema de operações da segunda infância.

Já David Elkind (1931) descreve sobre o comportamento dos adolescentes da seguinte maneira: os adolescentes vivem uma audiência imaginária, acham que estão sendo constantemente observados e que as pessoas sempre os julgam por sua aparência ou comportamento. E ainda, promovem a construção de uma fábula pessoal, onde acreditam ser diferentes de outras pessoas, onde não serão afetados por coisas negativas que acontecem aos outros.

Wallon possui contribuições muito interessantes para compreendermos e trabalharmos com adolescentes. Conforme Wallon (1985):

> "o jovem expressa seus sentimentos com o corpo todo. Por isto, mímicas, gesticulações exageradas tornam-se bastante frequentes traduzindo a falta de habilidade para dominar todo o potencial de que o novo corpo é capaz. Através de brincadeiras, risadas, conversas em tom de voz elevado e muita movimentação que o jovem expressa o prazer em realizar determinadas atividades. Voltam a preponderar às funções afetivas; isto é, a construção da pessoa a sua identidade vai ocupar o primeiro plano. A vida afetiva torna-se muito intensa e toma um relevo que muitas vezes surpreende o adulto. Na adolescência uma das características mais marcantes é a ambivalência de atitudes e sentimentos, resultante da riqueza da vida afetiva e imaginativa que traduz o desequilíbrio interior: alternam-se o desejo de oposição e conformismo, posse e sacrifício, renúncia e aventura. O jovem experimenta necessidades novas, ainda confusas; desejos poderosos e vagos o impelem a sair de si. O desejo de posse, de ter para si e de absorver em si o outro, convive com o desejo de se sacrificar totalmente por esse outro, e ambos representam o prelúdio de atração pelo sexo oposto".

Para ele, na fase da adolescência existe a tomada da consciência das inúmeras possibilidades que o futuro lhe oferece, ao mesmo tempo, torna-se consciente das limitações pessoais e externas impostas pelo meio em que vive.

Unidade 5

5.1 O ambiente educacional: fracasso, evasão e a diversidade

A análise do funcionamento das organizações, seja qual for a sua natureza, obriga a uma abordagem bastante complexa, onde é necessário ter em consideração inúmeros fatores. Esses fatores podem ser enquadrados nos mais diversos ramos, desde a sociologia ou psicossociologia das organizações às ciências do comportamento humano.

A interpretação do ambiente educacional como uma organização encontrou, durante o último século, diversas configurações, sendo necessário o estudo das diferentes estruturas, dinâmicas e configurações organizacionais existentes. Compreender seu funcionamento ao mesmo tempo em que se analisam os seus fluxos poderá ajudar a compreender alguns problemas com os quais ele se confronta.



A busca por um modelo organizacional que melhore o funcionamento das organizações educativas é um desafio atual, os modelos propostos precisam se adaptar à realidade social vigente. As instituições educacionais têm-se enquadrado num modelo onde se busca abordar as questões da autonomia, administração e gestão escolar, democratização do ensino, participação ativa da comunidade educativa, envolvimento de pais e encarregados de educação.

Numa concepção de educação moderna adaptada à realidade do contexto em que cada instituição se insere e na qual há uma constante necessidade em se adaptar para melhor cumprir com as suas funções, a instituição de ensino atualmente deve assumir uma estrutura que permita uma avaliação e posterior adaptação atendendo às exigências da sociedade moderna. Essa aprendizagem organizacional pode permitir uma mudança na forma dos professores, outros profissionais de ensino e alunos agirem dentro da organização com o objetivo de conduzir ao desenvolvimento das comunidades de ensino. Neste contexto, surge a cultura profissional da classe docente, que, nos últimos anos, tem sido objeto de estudo de muitos teóricos da educação, pois os professores sofrem pressões por todos os lados.

O conhecimento do aluno, o desenvolvimento de sua capacidade, o uso de suas habilidades dependem de um conjunto de fatores. Desde um ambiente que favoreça a aprendizagem até o desempenho do professor. Na atualidade, a parceria entre os profissionais colabora para o aperfeiçoamento contínuo e o avanço no processo de aprendizagem. Para alcançar esses objetivos, é necessário:

1. Valorizar a instituição de ensino como ambiente de aprendizagem docente que permita trocas efetivas entre todos os elementos favorecendo a comunicação, redimensionando as relações dinâmicas entre professor-aluno, aluno-aluno e professor-professor.
2. Orientar a prática docente a favor de um ensino reflexivo a partir do ambiente de aprendizagem.
3. Despertar a consciência do professor como sendo elemento importante na mediação da aprendizagem, no papel de facilitador das discussões com os alunos, de pesquisador constante e de organizador dos conteúdos e das atividades.
4. Criar uma prática educacional que leve à interdisciplinaridade.

A valorização do conhecimento e do trabalho docente precisa estar num status prioritário na pauta do País para elevar a educação.



Texto Complementar
Significado e sentido do trabalho docente
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32621998000100003&script=sci_arttext

O ambiente escolar se caracteriza por um espaço público ou privado onde grande parte de nossas crianças e jovens passam seu tempo, local onde exercitam um convívio para o ensino e a aprendizagem. A estrutura física, assim como sua organização, manutenção e segurança destas instituições de ensino revelam muito sobre a vida que ali se desenvolve para a sociedade. A importância que assume na sociedade o cenário educacional não significa que a responsabilidade sobre a aprendizagem e o ensino pertença exclusivamente a esse domínio. Nem mesmo podemos considerar como processos formais, sistemáticos, planejados e executados estritamente de acordo com normas, objetivos e instrumentos específicos. O processo de aprendizagem gera tanto a aquisição de competências socialmente aprovadas quanto à aquisição de hábitos questionáveis socialmente.

Ensinamos às crianças virtudes, formas adequadas de expressão verbal, boas maneiras, moral, religião, apreciação artística. Elas aprendem espontaneamente a coordenar seus movimentos, a reagir aos demais e a falar o idioma que a cercam. Ensinamos truques e habilidades a um animal de estimação. Erros, maus hábitos, vícios, preconceitos, intolerância, crueldade, vaidade e muitos outros itens considerados negativos também são ensinados e aprendidos. Crianças, adultos, animais todos conseguem aprender. Nas organizações, os instrutores ensinam procedimentos, habilidades e operações aos seus funcionários, a depender do tipo de organização.

A educação, no decorrer do século XX, foi marcada por mudanças que atingiram o setor econômico, político e social. Nesse cenário, a instituição educacional, torna-se referência de qualquer ação educativa, com suas formas de ensino e aprendizagem. Passou do contexto de certezas na fase da escola elitista que atendia a inserção do cidadão na divisão social do trabalho para um contexto de incertezas, com uma abertura que evidencia a reprodução das desigualdades sociais.

A evasão do ambiente educacional se constitui uma temática atual em diversos ambientes e níveis educacionais, relativas às políticas públicas.

De acordo com a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (ANDOFES/ABRUEM/ SESu/MEC, 1996), define-se evasão como a saída do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo. A reprovação e a defasagem nos estudos são fatores que contribuem para esse índice. As discussões sobre "evasão" nos diferentes níveis de ensino desde a educação básica ao ensino superior são distintas. Há uma discussão clássica e fundamental sobre evasão e fracasso escolar na área da Psicologia da Educação e Escolar e que merece destaque e pode contribuir para tal discussão de forma crítica e produtiva sobre o Livro "Produção do fracasso escolar" de Maria Helena de Souza Patto (1999).
Os Programas governamentais que facilitam o acesso às instituições de ensino como o Programa Brasil Alfabetizado, o



Texto Complementar
A produção do fracasso escolar: a trajetória de um clássico
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642011000300006

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, os Programas de Ensino a Distância – UAB, o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA, o Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, os Programas de Educação Profissional foram criados com o objetivo de facilitar e estimular o ingresso ou o retorno do indivíduo ao ambiente educacional. No ensino superior, a Lei nº 12.711/2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência num esforço do poder público para reduzir a desigualdade social.

Os programas sociais implementados pelos governos, em especial desde o governo Lula (2003-2010) podem ser considerados em grande parte como assistenciais ou compensatórios, pois foram desenvolvidos para um público mais pobre, para os considerados miseráveis, e ainda os que se encontravam abaixo da linha da pobreza. Um programa social que recebeu bastante destaque no governo Lula foi o Bolsa-Família, criado por meio do decreto n. 5.209 de 17 de setembro de 2004. A finalidade do Programa é a transferência direta de renda do governo para famílias pobres e em extrema miséria,

além de garantir que o beneficiado frequente o ambiente da saúde e os bancos escolares, pois caso a criança não tenha acompanhamento médico nem esteja frequentando a escola, o benefício é suspenso.



Texto complementar
As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências
http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/19491/11317

A educação tem sido apontada como um importante instrumento de distribuição de políticas públicas com o Bolsa-Família, com os programas dirigidos à juventude, tais como o Primeiro Emprego, em 2005, a Política Nacional da Juventude, que promoveu a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Pro Jovem com objetivos em educação de qualidade, qualificação e ação comunitária como de reduzir a desigualdade onde o setor da educação tem exercido papel crucial na implementação destes programas sociais, preparando a classe social mais pobre da sociedade para assumir seus papéis no contexto social.

Por meio de acordos firmados entre o governo federal, estados e municípios, tais programas têm sua execução descentralizada e repassada a nível local. Esses programas chegam às instituições de ensino como mais uma tarefa a ser desempenhada em meio ao conjunto de exigências apresentado aos docentes e aos profissionais de ensino. Mesmo assim, o esforço do Estado não têm sido suficiente para reduzir as taxas de fracasso ou a evasão do ambiente educacional ao longo da história da educação de forma representativa.

Conhecer as questões sociais relacionadas ao fracasso na educação é prioridade para os profissionais de educação, incluindo-se aí aqueles que trabalham com orientação profissional, pois eles aguardam nas suas instituições, os profissionais que saem do ambiente educacional. Os meios de comunicação, os ambientes de pesquisa educacionais, as secretarias de educação e a comunidade educacional se questionam sobre seus papéis na resolução deste processo que acaba por afetar toda uma estrutura social com graves consequências negativas para toda a sociedade, como a violência e o desemprego.

Devemos ter em mente que este problema não tem uma única origem e por isso não terá um fim por si só, consideramos problemas vinculados às políticas públicas governamentais, à desestruturação do ambiente familiar ou ainda a problemas emocionais dos alunos. O fracasso no ambiente educacional e sua consequente evasão denotam o próprio fracasso das relações na sociedade. A distância entre as teorias e a prática desafia os estudiosos da educação e da psicologia da educação.

Para cumprir seu papel, as instituições de ensino devem adaptar-se aos alunos, precisam ser capazes de prevenir situações que levam à exclusão ou à segregação dos alunos, sobretudo dos que são provenientes de meios sociais de risco. Esses, na maioria dos casos, já manifestam desinteresse, mau comportamento e agressividade no meio educacional. Cada estudante é um indivíduo, e a sua origem socioeconômica e cultural influencia a forma de ser e de estar na sociedade. A evasão, independentemente das causas para o seu acontecimento, seja em instituições de ensino público ou privado, se caracteriza num fenômeno social complexo.

Mesmo com toda a oferta de cursos na atualidade, as agências mediadoras de empregos recebem diariamente milhares de pessoas procurando trabalho; a maior parte sai sem conseguir uma posição e, muitas vezes, as vagas ficam sem ser preenchidas, por falta de candidatos qualificados que por situações diversas não cumprem o ensino regular e se qualificam.

As políticas educacionais expressam escolhas que só podem ser compreendidas através de um estudo sobre as estruturas histórico, políticas, sociais e econômicas. Elas constituem-se no resultado das lutas entre os diversos interesses da sociedade e de grupos que os representam. Portanto, suas análises devem levar em conta que a educação deve ser encarada dentro da lógica do capital para a atualidade. A questão é muito ampla, é preciso melhorar as condições socioeconômicas, culturais e geográficas, através da elaboração de projetos de curto, médio e até longo prazo para garantir a frequência nos bancos escolares.

A Diversidade pode ser compreendida pela variedade, pluralidade, diferença, é a reunião de tudo aquilo que apresenta múltiplos aspectos e que se diferenciam entre si, como por exemplo: a diversidade cultural.



Texto Complementar
Desigualdades e diversidade na educação
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302012000300002&script=sci_arttext

Unidade 6

6.1 Concepções de desenvolvimento e práxis pedagógica

Vários são os conceitos de aprendizagem e desenvolvimento, pois seus processos são complexos. Podemos entender que a aprendizagem e o desenvolvimento do ser acontecem desde sua concepção. A aprendizagem se determina por um processo que depende das condições e situações que as pessoas experimentam ao longo de suas vidas. Já o desenvolvimento está associado às mudanças que ocorrem no ser a partir de suas experiências.

O desenvolvimento pode ser entendido como um conjunto das transformações que ocorrem ao longo do tempo nas pessoas, se expressando na evolução da inteligência e das modalidades de relacionamento afetivo e social. É consenso entre os estudiosos da educação como Vygotsky, Paulo Freire, entre outros, que é ainda a partir da observação desses eventos por pessoas que se interessam pelo assunto, como os pais, professores, profissionais de saúde, que o desenvolvimento humano pode ser avaliado a partir dos seguintes aspectos:

1.Padrões universais - quando nos referimos a alguns eventos que são comuns ao desenvolvimento de todos os humanos. Nem todas as teorias do desenvolvimento dão a mesma relevância aos padrões universais. O desenvolvimento humano depende muito da maturação dos órgãos do corpo de um modo geral, e do cérebro em particular, essa teoria é conhecida como organicista.

2.Diferenças individuais - embora existam etapas que são universais no processo de desenvolvimento humano, sabemos que cada indivíduo tem características próprias, comportando-se de maneira diferente nas mais diversas situações, aprendendo de forma mais rápida ou mais lenta em relação aos demais ou demonstrando uma atitude mais positiva ou mais negativa frente à vida.

3.Aspectos contextuais - entendemos que valorizar os aspectos contextuais não é o mesmo que defender que os estímulos do meio produzam o jeito de ser dos sujeitos, cada grupo organiza de modo diferente suas experiências de educação e de desenvolvimento. Com isso, percebemos que o ambiente em que ele está inserido, seu contexto social, econômico, cultural, familiar, escolar e até o trabalho são aspectos contextuais extremamente relevantes a serem considerados na análise do processo de desenvolvimento.

Atualmente, as concepções mais divulgadas sobre o desenvolvimento e a aprendizagem procuram valorizar diferentes fatores na busca da compreensão do processo de desenvolvimento da mente humana, incluindo a maturação biológica e a experiência vivida em sociedade. A aprendizagem e o desenvolvimento não dependem apenas da ação do mundo externo sobre o sujeito, mas também da ação do sujeito sobre o mundo.

A educação como um fenômeno extremamente complexo e com o seu impacto no desenvolvimento humano obriga que se considere a globalidade e a diversidade das práticas educativas, pois o ser se encontra imerso a múltiplos contextos nos quais a pessoa vive e participa e nos quais se intitulam âmbitos educativos.

As relevantes modificações sofridas por nossa sociedade no decorrer do tempo, dentre elas o desenvolvimento tecnológico e o aprimoramento de novas maneiras de pensamento sobre o saber e sobre o processo pedagógico vem provocando uma reestruturação das Instituições de ensino. As práticas pedagógicas enfrentam uma necessidade de integração com ampla preocupação quanto ao desenvolvimento pleno, global e integral do ser humano, isso tem refletido principalmente nas ações dos alunos, professores e profissionais de ensino, muitas vezes resultando em forma de comprometimento do processo ensino-aprendizagem.



Texto Complementar

Resumo do texto: “Psicologia e Educação – Aproximação aos Objetivos e Conteúdos da Psicologia da Educação” de César Coll.
http://adobservare.com/2014/03/11/resumo-do-texto-psicologia-e-educacao-aproximacao-aos-objetivos-e-conteudos-da-psicologia-da-educacao/

As sociedades modernas desenvolvidas traçam um horizonte amplo de possibilidades para o indivíduo onde há uma diversidade de oportunidades e acontece compartilhamento das experiências educativas. Reconhece-se a importância na práxis pedagógica da existência de âmbitos educativos nas sociedades desenvolvidas, divergindo em natureza, universo e interação na vida das pessoas.

1. A educação familiar;
2. A escolarização;
3. A educação profissional;
4. A formação de adultos.

Em cada um destes âmbitos da educação que se desenvolvem as chamadas práticas educativas que são alvos de observação e interrogação no que se refere à afirmação de que se constituam como contextos de desenvolvimento pessoal. As práticas educativas constituem-se como contextos de desenvolvimento quando a apresentação pessoal, de algo que existente, possibilita a reestruturação do conhecimento que o sujeito do processo da aprendizagem tem a seu dispor. Uma prática educativa é contexto de desenvolvimento quando permite a ampliação de horizontes de seu desenvolvimento psicossocial ao ser de forma integral quando ocorre transformação de seus aspectos psicossociais.
.
Vigotsky (1998) afirma que a prática educativa possibilita e permite à criança aprendiz envolver-se nas atividades de forma independente, apesar de estar contando com a ajuda de outros.

Desse entendimento, decorre a noção de que não é qualquer contexto ou prática educativa que se coloca em funcionamento no processo de ensino-aprendizagem. Alguns fenômenos contribuem para essa possibilidade:

- A responsabilidade do educador pela qualidade do ensino;
- O compromisso do educador de voltar essa prática educativa para o desenvolvimento do ser humano;
- A necessidade de que o educador avalie sua ação considerando às diferenças individuais do educando;
- A possibilidade do educador de reformular sua prática.

Os novos tempos exigem um padrão educacional que esteja voltado para o desenvolvimento de um conjunto de competências e de habilidades a fim de que os alunos possam fundamentalmente compreender e refletir sobre a realidade do contexto social comprometido com as constantes mudanças, fazendo-se necessárias profundas reflexões sobre o processo educativo, onde o agente educativo passe a vivenciar essas transformações de forma a beneficiar suas ações podendo buscar novas formas didáticas e metodológicas de promoção do processo ensino-aprendizagem acompanhando os avanços estruturais de nossa sociedade.

6.2 Aplicabilidade do conhecimento psicológico a práxis educativa pedagógica

A partir do século XX, as teorias psicológicas foram tendo cada vez maior influência sobre a compreensão do processo de ensino e aprendizagem nas instituições de ensino. Não somente a influência da psicologia como ciência, mas também o próprio senso comum produziu uma mistura de concepções sobre o assunto.

Sob a ótica dos professores, são observados como o docente entende que as pessoas constroem o conhecimento e, em decorrência disso, o modo como entende que devem ser ensinadas. Aprender e compreender resultam da capacidade humana de adquirir, transformar e avaliar informações que obtemos da nossa experiência com o mundo. Cabe à Psicologia da Educação fornecer subsídios à prática pedagógica para o professor e os profissionais da área. Uma compreensão do processo de desenvolvimento e de aprendizagem do aluno, com possibilidades para aperfeiçoar e contribuir para a qualidade do processo educacional. Os professores costumam apontar para a pesquisa empírica, como prática intencional e articuladora entre a teoria e a prática, além de defender a necessidade de vínculos consistentes e reais, teórico-práticos, para a compreensão de contribuições da área da Psicologia à prática pedagógica e, consequentemente, para viabilizar ações concretas e transformadoras da realidade. Para esse grupo, a formação do profissional pressupõe capacidade de conhecer e, com o auxílio de pesquisa, desenvolver estudos de intervenção em sua prática pedagógica.

Na etapa de aplicação à realidade, é importante o compromisso de concretizar efetivamente algumas ações relacionadas ao estudo. Com este propósito, a psicologia da educação se propõe a fortalecer a contribuição para a formação de profissionais com a intenção de que se tornem aptos a compreender e se preparar para atender às necessidades de um mundo extremamente dinâmico, em constante transformação, que exige a cada dia profissionais habilitados para a promoção de reflexão, de análise, de compreensão, de diálogo e de intervenção qualitativa no seu meio. Considerando que, o principal mediador da aprendizagem é o próprio aprendiz, cabe considerar sua disposição, seu grau de interesse, sua motivação, os meios que emprega para apropriar-se dos conhecimentos e superar os obstáculos para o processo de aprendizagem e

desenvolvimento. A relação de vínculo entre o professor e o aluno recai sobre o educador como uma chamada de compromisso para o aperfeiçoamento profissional, de renovação dos paradigmas norteadores de sua ação no processo de ensino e aprendizagem, cujo resultado é necessariamente fruto do diálogo das três instâncias nele envolvidas. Tal entendimento fundamenta e justifica a preocupação da Psicologia da Educação em pensar e promover o repensar das práticas pedagógicas instituídas, como sendo uma condição necessária para que essas práticas se façam de um modo mais ético, mais eficaz e eficiente e cumpram assim a função de socialização do individuo.

A Psicologia da Educação serve à educação em geral e aos professores particularmente na medida em que os auxilia a entender e resolver os complexos fenômenos educativos onde ele deve conciliar um conhecimento profundo da Psicologia e da Educação e ainda uma consciência sociológica sobre a dinâmica da sua comunidade.

6.3 A psicologia da educação na realidade brasileira

A compreensão da aplicação da Psicologia da Educação no Brasil exige um quadro histórico de entendimento dos fenômenos educacionais. No Brasil, a Psicologia só se institui como ciência na década de 60, quando os primeiros cursos de Psicologia são criados. É curioso observar que no Brasil a prática da Psicologia da Educação aconteceu antes da Psicologia científica, fato inteiramente diferente do que aconteceu no resto do mundo. Havia uma forte ligação entre a psicologia e a educação. Alguns estudiosos, como Massimi e Guedes (2004) e Antunes (2001), apontam indícios de uma preocupação com os fenômenos psicológicos e educacionais desde o período colonial. O pensamento psicológico tem sua origem marcada pela contribuição de diferentes campos do saber preocupados com temas como as emoções, a educação de crianças, o trabalho, entre eles a medicina, a teologia, entre outros campos.
Não podemos esquecer a relevância do contexto sócio-histórico e econômico no processo de constituição de uma ciência. No início, como colônia obedecia à lógica e aos interesses de Portugal, conforme foram aparecendo as reflexões psicológicas, apareciam o confronto com as ideias daquele país. No século XIX, o Brasil torna-se um império e tal acontecimento traz como consequência algumas modificações profundas na sociedade, que se refletem também na natureza do pensamento psicológico da época. Neste período, a Psicologia desenvolveu-se principalmente nas Escolas Normais e nos hospitais psiquiátricos.

A disciplina Psicologia da Educação destaca-se no cenário brasileiro a partir de meados da década de 20, acompanhando as Reformas Educacionais, as Manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946) que ocorriam em alguns Estados do país. Em 1924, foi criada a Associação Brasileira de Educação que pretendia promover uma discussão mais ampla sobre os problemas educacionais. A inclusão da psicologia nas Escolas Normais resultou dessa mobilização, passando a ser considerada a base do ensino primário, hoje fundamental. Sua tarefa consistia em formar o educador para lidar com a criança a partir do conhecimento observado sobre sua personalidade e o processo de aprendizagem. Essas ideias eram a base do que se convencionou denominar Escola Nova, movimento que ocorreu no período entre 1925 e 1950, que também reivindicava uma escola pública gratuita para todos, leiga e obrigatória. Esse movimento tinha por suporte o pensamento liberal, que enfatizava o papel da educação na construção de uma sociedade democrática. A Constituição Federal até 1988 sofreu várias modificações no decorrer do tempo. Observamos nas Constituições de 1934 e 1937 a garantia da escola pública. Nas décadas de 30 e 40, o Brasil fez amplo uso dos testes de inteligência (quociente intelectual – QI) nas escolas, com o intuito de separar os "anormais" dos normais.
As décadas de 40 e 50 assistiram ao surgimento dos cursos de Filosofia e de Pedagogia no país, que impulsionaram o desenvolvimento da Psicologia da Educação, aperfeiçoados por professores especializados nos Estados Unidos e na Europa que contribuíram com as novas tendências da época. O ano de 1964 foi marcado pela deposição de João Goulart e a ascensão do regime militar, que nos anos posteriores, estabeleceu a ditadura, reprimindo os movimentos estudantis e toda e qualquer forma de oposição a partir dos famosos atos institucionais, principalmente o Ato Institucional número 5.

O sistema educacional passa por modificações para se adequar ao novo regime de governo com uma proposta de modelo desenvolvimentista que necessitava de mão de obra qualificada para atender as multinacionais instaladas no país. Durante o período do regime militar, a Psicologia da Educação ganhou forte impulso, pois se preocupava com as questões pessoais do indivíduo e não com as questões sociais. Na década de 70, tem início a abertura política no país, acontece um período de perda de prestígio da Psicologia, que também ocorre em outros países, pois não conseguia dar resposta aos problemas sociais, dando espaço a Sociologia.

Na instituição da primeira tendência, não se pode deixar de notar a influência do funcionalismo americano e do experimentalismo europeu, fundamentados nas ideias de John Dewey (1859 – 1952) e Claparède, Observa-se que a preocupação de Dewey centrava-se no trabalho desenvolvido na sala de aula, de modo a englobar não apenas os recursos metodológicos, a avaliação, o raciocínio das crianças, mas, sobretudo, visava prepará-la para uma sociedade democrática. O meio educacional adotou esta tendência num momento histórico em que o país vivia recém-saído da ditadura militar, e

adotando uma nova Constituição (1946) que retomava as premissas dos direitos civis e apontava a educação como dever do Estado.

A segunda tendência originou-se das ideias de Skinner, das questões do Comportamentalismo americano.
A partir do experimentalismo europeu acontece a terceira tendência, a Psicometria, que se preocupava com a mensuração de comportamentos a partir de testes psicológicos:
.A quarta tendência baseou-se nas ideias de Carl Rogers, que defendia um ensino não diretivo, no qual o professor deveria buscar um relacionamento afetuoso com os alunos. O professor deveria despertar o interesse do aluno pelo saber e, a partir daí, desenvolver com este uma troca, sem autoritarismo.
O campo da Psicologia da Educação foi durante muito tempo caracterizado por uma polêmica discussão entre os estudiosos que a ele se dedicam, em função das distintas concepções existentes acerca da posição que esta ciência ocupa. A Psicologia e a Educação passaram a se relacionar no início do século XX na realidade brasileira, o que trouxe implicações para o ensino escolar e para a formação de professores. A Psicologia da Educação é uma disciplina essencial para o profissional em educação por se tratar de uma área de estudos que se preocupa com a construção do indivíduo em sua relação com o ensino-aprendizagem.

Considerações Finais

Pensando no seu futuro como profissional da educação, acreditamos que muitos dos conteúdos estudados têm seu sentido bem evidente para sua prática profissional. À medida que for identificando as relações entre estes, seus conceitos e os conhecimentos a serem construídos no seu exercício profissional, ocorre a dinâmica do desenvolvimento do conhecimento organizado que se amplia e se modifica, se automatiza e se torna mais complexo conforme agimos sobre ele. Esperamos que os fundamentos psicológicos da educação ajudem na sua prática pedagógica com crescimento profissional e abertura para reflexões e diálogos.
Um grande abraço!

Referências Bibliográficas

Bibliografia Básica:
BELTRAN, Jesus L. Psicologia. Petrópolis: Vozes, 1993.
BOCK, Ana M.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria L. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13.ed São Paulo: Saraiva, 2003.
STATT, David A. Introdução à psicologia. São Paulo: Harbra, 1986.

Bibliografia Complementar:
CAMPOS, Dinah M. S. Psicologia da Aprendizagem. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2001
WOOLFOLK, Anita E. Psicologia da Educação. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Referências Bibliográficas utilizadas nas Unidades:
BELTRAN, Jesus L. Psicologia. Petrópolis: Vozes, 1993.
BOCK, Ana M.; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria L. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13.ed São Paulo: Saraiva, 2003
BUARQUE, C. A revolução republicana na educação: ensino de qualidade para todos. São Paulo: Moderna, 2011.
Burow, O. A., & Scherpp, K. Gestaltpedagogia: um caminho para a escola e a educação. São Paulo: Summus. 1985.

CARRARA, Kester.Introdução à psicologia da educação. São Paulo: Avercamp, 2004.

CANALI, B.Z. et al Gestaltpegagogia – Um caminho para a escola e a Educação. SP, Summus, 1981

COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed, 1996.

Dicionário de Filosofia coordenado por Thomass Mautner. Edições 70, 2010.

FIGUEIREDO, Luís; SANTI, Pedro. Psicologia: uma (nova) introdução. 2. ed. São Paulo: PUCSP, 2007.

GADOTTI, Moacir. História das Idéias Pedagógicas. 4ª Edição: Editora Ática, São Paulo, 1996;

. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.
GLASSMAN, W.E. HADAD, M. Psicologia: abordagens atuais. 4.ed. Porto Alegre: Artmed,2008
HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 7. Ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

JAPIASSU, Hilton. A psicologia dos psicólogos. ed. Rio de Janeiro, Imago, 1983.

JOSÉ, E. da A. & COELHO, M.T. Problemas de Aprendizagem. São Paulo, Ática, 1999.

KUPFER, M.C. Freud e a Educação: o mestre do impossível. 3ª edição. São Paulo, Editora Scipione, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.
MANUAL DO EDUCADOR: Orientações Gerais. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2008. Disponível em: http://bit.ly/1Ke1j7F. Acesso em: 16 set. 2013.
PENTEADO, Vilma Millan Alves (Org.). Psicologia e ensino. Papelivros, São Paulo, 1980.

PIAGET, J. O raciocínio da criança. Rio de Janeiro: Record, 1967.
ROGERS, Carl (1986), Liberdade de Aprender em Nossa Década, 2ª. Edição, Porto Alegre, Artes Médicas.

SILVA. Daniela Regina da, Psicologia Geral e do Desenvolvimento, Indaial, Ed, ASSELVI, 2005.

STATT, David A. Introdução à psicologia. São Paulo: Harbra, 1986.
SKINNER, B.F. (1953). Science and Human Behavior. New York: Mc Millan.WALLON, H. (1941). A evolução psicológica da criança. Tradução de Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, 1981.
Zanotto, MLB; Moroz, M; Gioia, PS. Behaviorismo Radical e Educação. 2008.



Ministério da Educação










ISBN 978-855971042-7